

Tire seu livro
da gaveta

PRÊMIO SESC DE LITERATURA

categorias CONTO e ROMANCE 2011/2012

Era uma vez um concurso que descobriu livros maravilhosos... Esta é a história do Prêmio SESC de Literatura, que há oito anos revela ao mercado editorial novos talentos. Aberto a autores iniciantes, o concurso aceita trabalhos nas categorias romance e conto, e oferece aos vencedores a edição e distribuição dos livros, em parceria com a Editora Record. Se você gosta de escrever e tem textos inéditos, não perca esta chance. As inscrições acontecem anualmente, no período de julho e agosto, gratuitamente.

Acompanhe pelo site:

www.sesc.com.br/premiosesc



www.sesc.com.br

Revista PALAVRA • SESC LITERATURA EM REVISTA

ano 3 • número dois • 2011

palavra

SESC LITERATURA EM REVISTA

SESC



LEI
ESCRITA E MEMÓRIA Registro de todos os tempos • **DOSSIÊ MANOEL DE BARROS**

Desenhos verbais de imagens • **PRÊMIO SESC DE LITERATURA 2010** Resenhas das obras vencedoras • **ARTIGOS** Contribuição de articulistas convidados

O que você vai ler hoje?

Romance, drama, aventura,
comédia, biografia, conto...

Todos os gêneros literários você encontra
nas mais de **300 bibliotecas do SESC**
espalhadas em todo o país. São cerca de
1,6 milhão de livros disponíveis na maior
rede privada de bibliotecas do Brasil.

www.sesc.com.br

S E S C

**SINAIS
SOCIAIS**

**Sempre em
dia com os
assuntos de
maior
relevância
para o país**



A Sinais Sociais é uma publicação
quadrimestral produzida pelo SESC, que
reúne artigos acadêmicos.

Distribuição gratuita.

Assine a revista pelo e-mail
sj@secretaria@sesc.com.br

S E S C

www.sesc.com.br/publicacoes

ESCREVER PARA NÃO ESQUECER

A civilização contemporânea está no auge da produção de suportes de memória. Blogs, redes sociais e e-books democratizaram os espaços para registros. Michel Foucault, estudando a escrita pessoal, localizou nos séculos I e II da civilização greco-romana a existência dos *hupomnêmata*, espécie de caderneta de anotações, que servia como lembrete. Graças aos homens cultos de todos os tempos, a trajetória individual e coletiva da humanidade vem sendo transmitida para as gerações posteriores. Saiba mais sobre a relação entre escrita e memória em importante reportagem sobre o assunto.

A história dos arquivos reais até as bases de dados on-line mostra ainda o papel fundamental das bibliotecas na conservação das obras editadas ao longo dos séculos. Cada vez mais modernas e acessíveis via internet, as bibliotecas brasileiras guardam um acervo de grande valor para seus usuários. Reserve algumas horas de seu dia e faça uma visita a uma dessas instituições.

Quem cresceu longe do mundo digital sabe o valor das cartas. Escrevia-se para diminuir distâncias, dividir alegrias e tristezas, contar segredos e fazer generosas declarações de amor e amizade. O suporte mudou, mas será que a essência, o sentimento permanecem os mesmos? Grande parte da história da literatura é contada pelas cartas de escritores, fornecendo um bom panorama de sua época. Nomes como Mário de Andrade, Carlos Drummond de Andrade, Fernando Pessoa e Guimarães Rosa tiveram suas correspondências pessoais publicadas. Venha conferir conosco o que esses escritos tão íntimos revelam sobre seus autores.

“Minha poesia vem de um lugar que só tinha bicho, solidão e árvore. O resto era um sonho de reviver em palavras essa vivência”, afirma Manoel de Barros. Conhecer o mundo maravilhoso do poeta nos faz sentir mais próximos de sua obra, de seu jeito tão peculiar de ser e de pensar, em entrevista exclusiva para a revista *Palavra*. Autor escolhido para ser homenageado nesta edição, o leitor será contemplado com um amplo dossiê sobre a sua trajetória pessoal e profissional, e com texto crítico de Adalberto Müller sobre sua obra.

Arthur Martins Cecim e Luisa Geisler, vencedores do Prêmio SESC de Literatura 2010, nas categorias romance e conto respectivamente, têm seus livros resenhados pela primeira vez. Nossos articulistas convidados escrevem ainda sobre temas que reforçam a importância de escrita e memória. Emir José Suaiden aborda a democratização e a segregação do conhecimento, Álvaro Marins percorre a história da monumental Biblioteca de Alexandria e Márcio Seligmann-Silva relembra a ditadura no Brasil e a literatura testemunhal produzida sobre esse período.

Lucila Nogueira e Eliakin Rufino dividem a seção Poesia, enquanto o jornalista e escritor Paulinho Assunção apresenta seu espaço literário na internet, para a seção Blog. Antonio Prata retrata os dias de hoje em otimista e bem-humorada crônica.

É tempo de ler!

A Redação

três	Primeiras Palavras
quatro	Dicas
seis	Registro da memória
dezoito	Guardiães do conhecimento
vinte e oito	Romance epistolar
trinta e cinco	Dossiê Manoel de Barros
quarenta e sete	Crítica
cinquenta e dois	Resenhas
cinquenta e sete	Artigos
setenta e quatro	Espaço Literário
setenta e nove	Agenda

Nos últimos anos, importantes passos foram dados para o estímulo à leitura no país. Ainda assim, o brasileiro lê pouco, em média 4,7 livros por ano. O incentivo à literatura e às diversas formas de manifestação cultural é um dos compromissos que o SESC assumiu e com o qual vem trabalhando ao longo de seis décadas.

Temos hoje a maior rede de bibliotecas do país, que não se limitam às nossas unidades, mas circulam em cidades e periferias por meio do projeto BiblioSESC. Nossa frota de caminhões, carregados com um acervo de três mil livros cada um, cresceu recentemente e hoje já são 52 rodando por todo o país.

Porém, há muito ainda por fazer para aumentar nosso público leitor e estimular o gosto pela leitura. É necessário, por exemplo, estimular ações educacionais capazes de revelar a palavra literária em todas as suas manifestações, seja na poesia, na prosa, na música, no teatro ou nas artes plásticas.

Dessa forma, nossa ação cresce. E mais do que oferecer o livro, oferecemos a oportunidade de criá-lo, com os laboratórios de escrita; o Prêmio SESC de Literatura, revelando anualmente novos autores; os saraus poéticos; e os cursos para formação de mediadores de leitura. Buscamos também difundir diferentes formas de expressar estas leituras, que são traduzidas nos espetáculos teatrais do “Palco Giratório”; nas tradições orais resgatadas nas músicas do “Sonora Brasil”; e nos trabalhos dos artistas plásticos que percorrem o país com o ArteSESC.

Assim, estamos multiplicando os leitores, os livros e as oportunidades culturais que o Brasil nos oferece com riqueza e diversidade. Se a palavra serve ao mesmo tempo para aproximar e diferenciar os homens – e se é na realização artística que ela dispõe de irrestritas possibilidades de configuração –, formas de interação social mais conscientes, livres e autênticas também estão em jogo na promoção da literatura.

Presidência do Conselho Nacional
Antonio Oliveira Santos

Direção-Geral
Maron Emile Abi-Abib

Divisão Administrativa e Financeira
João Carlos Gomes Roldão

Divisão de Planejamento e Desenvolvimento
Álvaro de Melo Salmito

Divisão de Programas Sociais
Nivaldo da Costa Pereira

Consultoria da Direção-Geral
Juvenal Ferreira Fortes Filho

PUBLICAÇÃO / Projeto editorial

Gerência de Cultura
Márcia Leite

Técnica de Literatura
Flávia Queiroz

Assessoria de Divulgação e Promoção/
Direção-Geral

Gerência
Christiane Caetano

Supervisão editorial
Jane Muniz

Edição de conteúdo
Flávia Queiroz

Edição
Gabriela Varanda

Reportagem e redação
Gabriela Varanda e Ieda Magri

Projeto gráfico e edição de arte
Ruth Lima

Produção gráfica
Celso Clapp

Revisão
Clarissa Penna

Ilustração
**Lorena Kaz
Reinaldo Lee**

Ilustração capa
Reinaldo Lee

Colaboração
Álvaro Marins, Adalberto Müller, Antonio Prata, Emir José Suaiden, Márcio Seligmann-Silva, Carlos Henrique Schroeder, Márcio Noberto, Eliakin Rufino, Lucila Nogueira, Paulinho Assunção, Julio Diniz, Martha Barros, Thiago Barros e João Pedro Fagerlande.

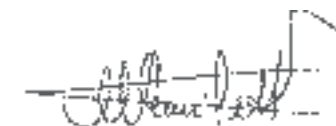
©SESC Departamento Nacional
Av. Ayrton Senna, 5.555 – Jacarepaguá – Rio de Janeiro/RJ
CEP: 22775-004
Telefone: (21) 2136-5555
www.sesc.com.br

Impresso em julho de 2011
Tiragem: 5.000 exemplares

Todos os direitos reservados e protegidos pela Lei 9.610 de 19/02/1998. Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida sem autorização prévia por escrito do SESC Departamento Nacional, sejam quais forem os meios e mídias empregados: eletrônicos, impressos, mecânicos, fotográficos, gravação ou quaisquer outros.

Para sugestão ou recebimento de exemplares, entre em contato conosco pelo seguinte endereço eletrônico: adpsecretaria@sesc.com.br

Escreva-nos, sua opinião é muito importante para o aprimoramento da revista!

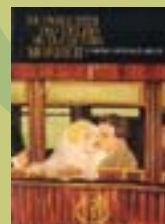


MARON EMILE ABI-ABIB
Diretor-Geral do Departamento Nacional do SESC

CONTOS E CRÔNICAS



As certezas e as palavras, Carlos Henrique Schroeder, Editora da Casa (2010), vencedor do Prêmio Clarice Lispector 2010 da Biblioteca Nacional.



Eu perguntei pro velho se ele queria morrer (e outras histórias de amor), José Rezende Jr., 7Letras (2009), vencedor do Prêmio Jabuti 2010.



Cavala, Sérgio Tavares, Record (2010), vencedor do Prêmio SESC de Literatura 2009.

POESIA



Aleijão, Eduardo Sterzi, 7Letras (2009), segundo lugar no Prêmio Alphonsus de Guimarães 2010 da Biblioteca Nacional.



Versos de circunstância, organizado por Eucanaã Ferraz, editado pelo Instituto Moreira Salles. Livro de dedicatórias que Drummond fez para amigos como Rachel de Queiroz, entre outros.

POESIA



Lar, Armando Freitas Filho, Companhia das Letras (2009), terceiro lugar no Prêmio Jabuti 2010 e no Prêmio Portugal Telecom de Literatura 2011.

ROMANCE



Paisagem com cavalo, Halley Margon, 7Letras (2010).



Prosa de papagaio, Gabriela Gazzinelli, Record (2010), vencedor do Prêmio SESC de Literatura 2009.

ROMANCE



Do fundo do poço se vê a lua, Joca Reiners Terron, Companhia das Letras (2010).

CINEMA



Poesia, de Lee Chang-dong, Coréia do Sul (2010), vencedor do prêmio de melhor roteiro no Festival de Cannes 2010.

Mija, uma senhora excêntrica, vive com seu neto, e entra por acaso em uma aula de poesia. Enquanto procura encontrar a beleza presente no seu cotidiano, enfrenta a realidade e percebe que a vida à sua volta talvez não seja tão bela.



Maria Lúcia Godoy canta poemas de Manuel Bandeira, Museu da Imagem e do Som / Academia Brasileira de Letras (2003).

O LP, gravado originalmente em 1966 pelo Museu da Imagem e do Som, foi reeditado e lançado em CD, no ano de 2003. Maria Lúcia Godoy canta e encanta ao colocar sua magnífica voz em poemas de um dos maiores poetas da língua portuguesa, o brasileiro Manuel Bandeira.

MÚSICA



REGISTRO DA MEMÓRIA

Escrita eterniza a história da humanidade ao longo dos tempos

Gutenberg e a primeira impressão feita na prensa.
Fonte: *A revolução de Gutenberg*, de John Man (Ediouro).

Hoje, na era digital, os homens precisam fazer um esforço razoável para imaginar um mundo sem a escrita, no qual a memória oral tinha papel preponderante tanto na fixação da identidade coletiva de um grupo e na fundação de seus mitos de origem quanto na transmissão do saber. O surgimento da escrita modificou sensivelmente a memória coletiva, de transmissão oral, e possibilitou que os homens fixassem no espaço e no tempo a sua história, a sua cultura e desde o seu nascimento se constitui símbolo do poder e do progresso.

A utilização da linguagem escrita é, sem dúvida, uma ampliação considerável da capacidade de armazenamento de nossa memória, o que permite ultrapassar os limites do corpo para outras formas de preservação como a biblioteca, o arquivo, o museu. No entanto, mesmo no cerne do mito do surgimento da escrita entre os egípcios, essa foi vista como “um mal” contra a memória dos homens na medida em que saber escrever seria um relaxamento no cultivo da memória.

Contudo, como armazenar todo o conhecimento construído pelo homem sem recorrer à escrita? Escreve-se para poder esquecer e, nesse sentido, memória é também esquecimento. A memória não é apenas um mecanismo de registro, conservação e recuperação, é também um processo de seleção, descarte e eliminação. A biblioteca, o museu, o arquivo existem para que as coisas possam ser esquecidas e depois rememoradas, recuperadas; para que ganhem novos significados.

A MEMÓRIA HUMANA É FEITA TAMBÉM DE IMAGINAÇÃO

Eis o que nos diferencia do computador: não escrevemos sobre uma memória armazenada apenas. O novo conhecimento construído dia a dia pelo homem é o tecido da memória em ação, ou seja, da invenção que se junta ao que houve de fato historicamente.

Imaginar o que poderia ter sido ou o que pode vir a ser é, aliás, um dos atributos da ficção que se estende para as áreas até pouco tempo consideradas objetivas: os estudos da nova antropologia e da história são unânimes em afirmar que até mesmo a documentação mais devedora de uma “verdade histórica” está crivada pela subjetividade do pesquisador. É por isso que em “Excurso: alternância e biografia (ou: como adquirir um passado pré-fabricado)”, os autores Thomas Luckmann e Peter Berger mostram que “o passado é maleável e flexível, modificando-se constantemente à medida que nossa memória reinterpreta e reexplica o que aconteceu”.

Desde o descobrimento da Pedra de Uruk, saber escrever significa estar apto para manejar uma ferramenta de poder. Aquele que escreve fixa um fato, um mito ou tradição de acordo com graus de subjetividade sempre relativos. É por isso que Walter Benjamin dizia que a História foi escrita pelos vencedores, nunca pelos vencidos, e que seria necessário reescrever a nossa história captando as arestas que foram podadas, as coisas aparentemente insignificantes que foram deixadas para trás. Assim, no futuro, a memória de nosso tempo não será lida somente sob um prisma.

Memória e cultura, portanto, são construídas *ad infinitum*, mutuamente, por meio de processos complexos de luta de memorização e de esquecimento, de registro e de recuperação, de grafias e decifrações de linguagens. Uma coisa, porém, é certa. Nosso passado seria infinitamente mais pobre e, por consequência, também o seriam os homens de hoje, se não tivéssemos inventado um modo de fixar a cultura de cada época. Confiar apenas na memória pessoal é, hoje, uma tarefa impossível.



Detalhe da folha de rosto da edição de 1700, em latim, do *Proverbia cum tractatu de moribus*, de Sêneca.

DA MEMÓRIA INDIVIDUAL À COLETIVA

Michel Foucault, estudando a “escrita de si”, ou seja, a escrita pessoal, localiza nos séculos I e II da civilização greco-romana a existência dos *hupomnêmata*, espécie de caderneta individual de anotações que servia como lembrete, memória estendida aos homens de pensamento. Epícteto, Sêneca, Plutarco a usavam como livro de vida ou guia de conduta. Ali anotavam citações, fragmentos de obras lidas, exemplos e ações que foram testemunhadas, reflexões e discursos ouvidos. “Os *hupomnêmata* constituíam uma memória material das coisas lidas, ouvidas ou pensadas.”

Esses cadernos ou cadernetas eram um suporte de memória que serviria para consultas futuras e que, em alguns casos, geraram mesmo obras, mas tinham também como objetivo o estabelecimento de uma relação de quem escrevia consigo mesmo e, com isso, o domínio de si e o cultivo da alma. Os *hupomnêmata* podem ser considerados os precursores dos diários, cujo surgimento é datado no início da Era Cristã, e conviveram com outra forma de escrita de si que depois se tornou um documento de memória sobre os pensadores e escritores do passado: a correspondência.

Todo o estudo de Foucault e de outros autores que se debruçam sobre a história, ou sobre um tema do passado, só é possível pela perpetuação desses documentos que nos foram legados pela escrita. Graças à preocupação dos homens cultos de todos os tempos em estar constantemente cuidando da memória do que liam e viviam é que as gerações posteriores podem, por sua vez, interpretar e gerar novas formas de escrita da história.

Jacques Le Goff, em *História e memória*, nos lembra que as recentes descobertas da cibernética e da biologia contribuíram para enriquecer o conceito de memória. Existe, atualmente, o que chamamos de “memória dos computadores” e a “memória genética”, por exemplo. Pode-se também acusar o uso de uma expressão que se tornou corrente tanto nas áreas de filosofia e história quanto na esfera da cibercultura: “prótese de memória”. Recentemente o engenheiro de computação Bill Atkinson, que fez parte da equipe de desenvolvimento do computador Macintosh, disse estar interessado pessoalmente em uma prótese de memória, pois todas as suas lembranças estão armazenadas com sua mulher e ele se pergunta o que acontecerá quando ela começar a esquecer. Uma prótese de memória seria um dispositivo capaz de armazenar aquilo de que queremos nos lembrar: o diário, a escrita com finalidades de fixar algo vivido ou observado, a fotografia, o filme, o computador cada vez mais inteligente, as memórias-flash de variados GB, os *chips* ou outro dispositivo como o pensado por Bill Atkinson que, no futuro, poderiam armazenar e reencontrar imagens guardadas por meio da voz do usuário.

Hoje, paralelamente ao desenvolvimento tecnológico, existem numerosos agentes em diferentes áreas, seja na história, antropologia, sociologia ou literatura, que estimulam a preservação da memória coletiva ou

memória social em diferentes grupos sociais, no que diz respeito à transmissão oral do conhecimento às novas gerações e ao levantamento de suas histórias para que sejam escritas.

Le Goff diz que nas sociedades primitivas sem escrita existiam “especialistas da memória”, “homens-memória”, que seriam os depositários da história daquele grupo. Podemos lembrar, assim, nos remetendo a um tempo menos remoto, os antigos contadores de histórias, os idosos, os viajantes que traziam as notícias de um mundo que aqueles que não viajavam só poderiam imaginar. O mesmo se dá com as histórias familiares ou de pequenos grupos sociais ainda hoje. Embora haja o desejo e o estímulo para que escrevam sua própria história, há um prazer em dividir as memórias do passado, mesmo as mais simples, aquelas tão caras afetivamente e que, no entanto, não seriam tão dignas de figurar num livro, de ganhar o *status* de escrita. Essas se perdem com o corpo das pessoas.

Le Goff diz que nas sociedades primitivas sem escrita existiam “especialistas da memória”, “homens-memória”, que seriam os depositários da história daquele grupo.

Numa das mais interessantes fábulas sobre a memória, Jorge Luis Borges fala de Irineo Funes, o homem de memória assombrosa, capaz de recordar tudo. No dia em que o narrador o conhece, primeiro se espanta com sua capacidade de, sem olhar o céu e muito menos relógios, dizer a hora exata a qualquer um que o perguntasse. Um tempo depois, o espanto é ainda maior, ao constatar que em poucos dias Irineo Funes não só tinha aprendido o latim, como sabia de cor a *História naturalis*, de Plínio.

O conto é uma obra-prima da literatura universal e não só porque expõe um desejo comum aos escritores, o de tudo saber, de tudo recordar, mas também porque Borges cria um personagem que contém em si todo o drama da memória que excede: a princípio, Funes sente-se tão feliz em ter adquirido a capacidade de tudo memorizar que acha que ficar paralisado é um preço pequeno para uma dádiva tão grande. Mas depois ele mesmo diz: “Minha memória é como um depósito de lixo.”

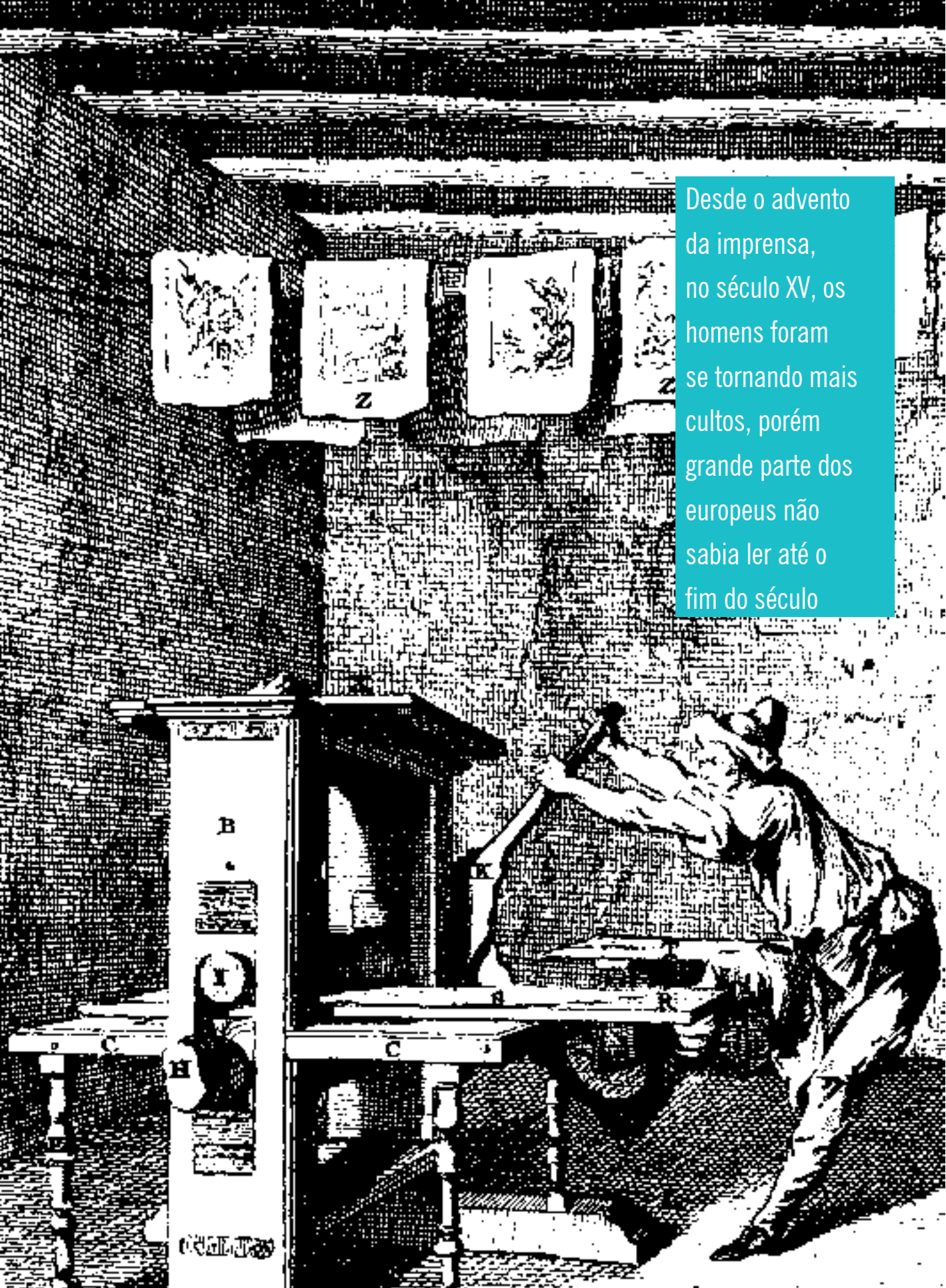
Esse conto é uma bela metáfora para dizer da importância que tem a extensão da memória para fora da mente humana. Livrar-se do acúmulo das imagens banais é essencial tanto quanto preservar aquelas que não queremos esquecer. O que dizer da soma da memória de toda a humanidade? Mesmo os suportes modernos precisam de limpeza permanente para que se abra espaço para preservar o que é de fato relevante.

Mais especificamente na área da literatura, entendeu-se até recentemente que essa seleção “natural” seria a responsável pela construção de um cânone, de uma tradição literária. O que os escritores produziram de importante sobreviveria à passagem do tempo.

Diferentemente do documento, que nasce de uma necessidade de registro para o presente (contratos, leis etc.) e para o futuro (os relatos históricos e os estudos antropológicos, por exemplo) e que é escrito visando à preservação, a literatura de ficção não tem um lugar garantido na memória universal, por isso, fica mais vulnerável ao desaparecimento.

AS TRANSFORMAÇÕES NA ESCRITA CONTEMPORÂNEA

Os novos estudos sobre a identidade e o propagado fim das grandes narrativas colocaram em cheque a crença da seleção natural na construção do cânone literário. Graças aos estudos de Stuart Hall, Homi Babba, Foucault, entre outros pensadores,



Desde o advento da imprensa, no século XV, os homens foram se tornando mais cultos, porém grande parte dos europeus não sabia ler até o fim do século

A prensa de Gutenberg.
Fonte: *A revolução de Gutenberg*, de John Man (Eduardo).

a produção dita “das minorias” ganhou cada vez mais espaço no caleidoscópio da diversidade cultural. Levando-se em consideração as novas mídias, o *marketing*, o investimento político na preservação da memória coletiva, os novos estudos de literatura deram um salto para além do cânone, abrindo espaço para o que passou a se chamar “a outra literatura”, ou seja, uma produção fora dos padrões da grande narrativa ou centrada nos autores europeus de renome. Passou-se a considerar, visando à valorização das diferenças identitárias dos grupos minoritários, a produção dos “outros e outras” na literatura de cada país. “Sabemos que tudo aquilo que foi chamado de externo, bárbaro, selvagem, estranho, exótico, ou seja, diferente do europeu, é culturalmente fundamental para a construção de uma sociedade multicultural e multiétnica. A escrita de nosso tempo tem o compromisso ético de pensar criticamente e elaborar conceitos sobre modelos culturais marcados pela tolerância, pela diversidade e pela multiplicidade”, afirma o professor Júlio Diniz, diretor do Departamento de Letras da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio).

A diversidade é a pedra de toque da civilização contemporânea. Todo homem, toda mulher, pode escrever sua própria história e lutar por um lugar de destaque. O acesso à escrita e, conseqüentemente, à leitura, ficou mais democrático. Basta pensar que na Idade Média a instrução alcançava pouco mais que o clero, até mesmo os reis, em geral, eram analfabetos. Desde o advento da imprensa, no século XV, os homens foram se tornando mais cultos. Porém grande parte dos europeus não sabia ler até o fim do século XVIII. Hoje a meta é tornar nulo o analfabetismo, mesmo o digital. Contudo, saber ler não leva propriamente à leitura de literatura, mesmo que o acesso seja mais democratizado a cada dia.

No outro lado da questão da conquista do espaço de poder e da abertura do cânone literário à produção dita marginal ou das minorias está o excesso de produtos colocados no mercado. O pensador polonês e escritor de ficção científica, Stanislaw Lem, autor do clássico *Solaris*, disse numa entrevista de 2000, publicada no Brasil em 2006 na revista *Fênix*, que o livro vive hoje em dia apenas dois ou três meses e depois é como se fosse apagado, pois os livreiros do mundo inteiro sustentam que há muitos títulos novos para que se permitam guardar os antigos. Para ele, até pouco tempo, era possível imaginar que quanto mais livros fossem publicados tanto maiores seriam as chances de uma obra-prima aparecer, porém, no presente, mesmo que essas obras-primas apareçam perdem-se numa produção impossível de se acompanhar. O que fica para a história, antes que os livros de qualidade, seriam os que têm o melhor plano de *marketing*. O excesso de produção, em vez de enriquecer, estaria levando à destruição da cultura.

O livro virtual, escrito para ser publicado apenas na web, pode ser uma nova opção para descongestionar as vitrines das livrarias, mas na web também há um excesso de informação e a contemporaneidade exige que saibamos fazer escolhas para que consigamos achar a agulha no palheiro.



Ilustração de Julio Carvalho

A civilização contemporânea está no auge da produção de suportes de memória. Desse modo, o que o homem produz tem lugar garantido no panteão da história, mas apenas se os leitores-decifreadores souberem procurar o que é relevante dentro da vasta produção. “O espaço oferecido pelos blogs, pelas redes sociais e pela ambiência virtual é indiscutivelmente maior e mais democratizado do que o universo do livro e da indústria editorial. Não são as novas mídias que modificaram ou alteraram o fazer literário e a construção das grandes narrativas. A ideia de cânone e o modo de se relacionar com a produção da escrita passam hoje por profundas transformações, que são saudáveis e propositivas”, opina Júlio.



BREVE HISTÓRIA DA ESCRITA

Quando os homens sentiram pela primeira vez a necessidade de registrar, contar, perpetuar um fato, acontecimento ou simplesmente controlar a quantidade de grãos existentes em um estoque ou contabilizar uma dívida, inventaram signos e símbolos capazes de auxiliar na memorização. Assim, a escrita foi se construindo como elemento indispensável na história da civilização, primeiro como traços, desenhos, pequenas marcações nas rochas e no

barro, depois, já como alfabeto, sobre o papiro ou o pergaminho. A partir desse momento, o homem não cessa de reinventar senão a escrita, os suportes para armazená-la. Nossas últimas invenções dão um salto imenso para a conservação da história da humanidade: a web e o e-book.

As primeiras inscrições, ditas cuneiformes (de *cuneus*, cunha em latim; a palavra está associada aos cálamos, talos pontiagudos, usados para riscar o barro), foram encontradas na Mesopotâmia, na região da Suméria, no quarto milênio antes de Cristo, e são listas, relações, estabelecendo uma espécie de contabilidade da época. A escrita cuneiforme é chamada de pictográfica por referência à origem e ao traçado de seus caracteres, e de ideográfica, pelo reagrupamento de uma constelação de sentidos ao redor de uma representação central, já que essas listas combinavam vários pictogramas, ou seja, desenhos que representavam coisas. Havia cerca de 1.500 pictogramas primitivos e cada símbolo podia ter vários significados. Um pé, por exemplo, podia significar, além de pé, andar, ficar em pé, pôr-se de pé, transportar etc., o que implica em um enorme esforço de memória, tanto na tarefa de escrever quanto na de ler.



Pictogramas datados da origem da escrita chinesa.

Fonte: *Letras e memória – uma breve história da escrita*, de Adovaldo Fernandes Sampaio (Ateliê Editorial).

Jean Bottéro, um dos principais estudiosos da cultura da Mesopotâmia, diz: “Está claro que se tratava apenas de uma *escrita de coisas*: os significados diretos desses caracteres não eram as *palavras* de uma língua mas, em primeiro lugar e de modo imediato, as *realidades* expressas por essas palavras.” Portanto, todo leitor, qualquer que fosse sua língua falada, podia perceber imediatamente o seu significado. Bottéro não hesita em dizer que “a escrita favoreceu e enriqueceu a cultura na Mesopotâmia, não só desvendando-lhe horizontes desconhecidos e fornecendo meios inéditos e fecundos de exercícios,

mas presidindo à formação de um espírito novo, de uma mentalidade própria aos seus habitantes, segundo as quais eles desenvolveram muitas aquisições de sua consumada civilização, refinada e sábia.”

Um dos principais documentos aparecidos na época suméria, escrito pouco depois de 2.000 a.C., é *Gilgamesh*, a lenda do gigante solar “dois terços deus, um terço homem”, que pode ser lido hoje como a literatura daquela época. *Gilgamesh*, no entanto, foi uma pessoa real, o governador da cidade



Fonte: *O livro dos mortos*, de Ramsés Sellen (Madras Editora).



Nessa passagem temos o episódio da Pesagem das almas feito por Hanufer, um dos poucos fragmentos em papiro do Livro dos mortos que foi encontrado e preservado. Nele vemos o defunto (à esquerda) sendo conduzido pelo deus

Anúbis para junto da balança do julgamento. O coração do defunto é colocado em um dos pratos da balança, enquanto no outro prato é colocada uma pluma. Anúbis está de joelhos observando a pesagem. Se o coração do morto for mais pesado que a pluma, quer dizer

que sua vida não foi justa, e o “grande devorador” devora o coração, destruindo a memória do morto para sempre. O deus Thot, com cabeça de chacal, controla a pesagem e registra o resultado do julgamento. Se o resultado for justo, o deus Hórus leva o defunto até a presença de Osíris, retratado no papiro como uma múmia usando a coroa ritual, segurando o cetro e o chicote. Atrás de Osíris estão as deusas Ísis e Néftis.

de Uruk, e pode ser considerado o primeiro herói individual da literatura mundial. As mais importantes ideias mantidas vivas pela língua suméria estão nesse épico, traduzido no mundo inteiro e ainda lido, ao lado da Odisseia e da Ilíada, de Homero.

A escrita hieroglífica (hieróglifo – “escrita dos deuses”. Do grego *hieros*, sagrado, e *gluphein*, gravar), por sua vez, foi encontrada no vale e no delta do Rio Nilo, no terceiro milênio antes de Cristo, mas é possível que tenha surgido anteriormente. Ao contrário da escrita cuneiforme – abstrata, austera, geométrica –, a hieroglífica é poética, feita de toda sorte de desenhos estilizados e coloridos, como cabeças humanas, plantas, pássaros, e nada deve ao comércio ou à matemática: seu nascimento é atribuído ao deus Thot, que fez da escrita um dom aos homens.

O *Livro dos mortos*, o mais célebre documento da escrita hieroglífica, datado do século XIII a.C., era uma coletânea de orações, cantos, feitiços, hinos que o morto deveria cumprir até sua passagem para o além. Durante o funeral, um sacerdote fazia a leitura do “livro”, que passava a pertencer ao morto e era depositado em seu túmulo. Consistia de um rolo de papiro ricamente ornado de vinhetas coloridas e vastos afrescos que ilustravam passagens, descreviam

cenar ligadas à morte e aos deuses e era objeto de desejo dos saqueadores de túmulos. Daí advém seu nome. Somente os grandes homens levavam o *Livro dos mortos* ou *Livro da passagem* em seu túmulo e vários eram os escribas que o preparavam.

A escrita egípcia, no entanto, não estava ligada apenas à religião ou ao cultivo da alma, ela permitiu aos antigos egípcios narrar acontecimentos importantes como batalhas e casamentos reais, além de servir para a contabilidade, estabelecer regras jurídicas, redigir contratos. Acima de tudo, permitiu que os egípcios perpetuassem sua cultura, ampliando a memória dos homens para um tempo passado imemorable sem ela.

Como os egípcios, os chineses atribuem um nascimento lendário a sua escrita. O imperador Huang-Che (século XXVI a.C.) teria encontrado a escrita depois de haver estudado os corpos celestes e os objetos naturais, em particular os vestígios dos pássaros. À parte a lenda, foram encontradas inscrições em cascos de tartarugas e omoplatas de cervos após uma cheia do rio Amarelo, em 1898–1899. Descobriu-se, assim, que os sacerdotes escreviam suas perguntas sobre uma das faces do casco de tartaruga e aproximavam a outra do

fogo. A resposta era decifrada segundo os estalos e rachaduras produzidas pelo calor. Os caracteres encontrados nos cascos são idênticos aos atualmente em uso.

Todas as escritas ideográficas evoluíram para fonemáticas seguindo uma passagem progressiva, menos a chinesa, que permanece até hoje puramente ideográfica, obedecendo a uma série de regras que fazem dela uma verdadeira arte.

Única no seu gênero, a língua gráfica chinesa criou uma literatura que não podia ser como as outras. Durante mais de um milênio ela só teve empregos rituais e administrativos. Foram os discípulos de Confúcio que escreveram suas lições depois de sua morte e com isso nasceu a literatura de autor.

Os gêneros romanescos só surgiram na China sob a influência do budismo, na dinastia Tang (618–907), momento em que os chineses passaram a utilizar caracteres para anotar a língua falada, ou seja, quando surgiu da junção da língua gráfica com a língua falada uma escrita propriamente dita. Hoje a língua gráfica chinesa caiu em desuso. Ela existe na sua metamorfose de escrita, modificada por simplificações gráficas, mas essa metamorfose continua resistindo à transcrição do chinês em alfabeto latino.



Plaqueta de Uruk, datada do quarto milênio antes de Cristo: entre os primeiros vestígios de escrita.

Fonte: *A escrita – memória dos homens*, de Georges Jean (Objetiva).

Escrita chinesa.

Fonte: *Letras e memória – uma breve história da escrita*, de Adovaldo Fernandes Sampaio (Ateliê Editorial).

▲ “Caracteres celestes”, Tuen Huang, século vi.

▲ Sonho, na antiga escrita hieroglífica chinesa (c. 1600 a.C.): um leito, cílios, um dedo, um olho: “Vejo até dormindo.”

納西文	楷書	古漢文
天	子	子
山	火	山
日	門	門
魚	魚	魚
射	射	母
人	牧	物
人	耕	物


▲ Hieróglifos naxi (à esquerda), escrita chinesa (no centro) e hieróglifos han.

一	二	三
1	2	3
四	伍	六
X	8	上 T
4	5	6
七	八	九
上	上	文
7	8	9

O passo decisivo para o surgimento da escrita foi a criação do alfabeto, em Terra de Canaã, atual Palestina. Razoavelmente simples, tinha entre 25 e 30 caracteres combinando a escrita cuneiforme e os hieróglifos egípcios. Escrevia-se tanto da esquerda para a direita quanto da direita para a esquerda e também em ziguezague (*boustrofedon*).

A escrita cuneiforme primitiva, os hieróglifos e os caracteres chineses têm em comum transcrever palavras e sílabas. Saber ler e escrever nesses sistemas significava conhecer e memorizar um grande

número de signos ou caracteres. O funcionamento do alfabeto é completamente diferente, baseado em sons, de modo que a combinação das letras em sílabas e depois em palavras e frases é capaz de “dizer tudo”. Não é mais apenas um signo central ao redor do qual giram muitas significações. A partir do primeiro alfabeto, o dos fenícios, que apareceu por volta de 1.100 a.C., surgiram outros dois, cinco séculos mais tarde, que serviram para redigir o Antigo Testamento: o aramaico (ou arameu), da atual Síria, chamada então de País de Arão, e o hebraico, usado ainda hoje em Israel. Esses alfabetos só possuíam

《寂静世界》的探索者 法国天文台
 地区联系网络机构 印度尼西亚：处于法语在日本
 萌芽状态的法语界是一种文化
 雅克-伊夫·库斯托 雅克·普雷威尔
 二十一世纪亚洲的法语共享国家
 亚洲法语传播 巡礼不受羁绊的诗
 音乐之星 索拉 籍乐之星 索拉尔
 巴黎与外省之间的 中界地区
 艺术无疆 界 法国哲学
 经济外交： 攻坚精神
 中小企业 法国对外贸易的 法国国营铁路
 公司重视绿化
 法国历史的中心：卢瓦尔河谷地区
 国立自然保护区庆祝创立三十周年 一个互通有无经济团结的集体
 英文版法国宪法出版 地处巴黎南部门户的牛棚地区已经实现传统工业的现代化，并
 利用了这个地区某些部门的外溢政策，大力实行对外开放，大量吸
 引国际投资。此外，还有希腊的两份法语刊物
 法语在 法国曾曾城自第二次世界大战以来一直保持着领先地位。在第二
 次世界大战前，它的存在上足以同。自从六十年代开始，它在语言方面
 便与英语竞争，出现了雅克·德里达、吉尔·德勒兹和让-吕克·南希等一批
 伊比利亚

Caracteres chineses.
 Fonte: *Letras e memória – uma breve história da escrita*, de Adovaldo
 Fernandes Sampaio (Ateliê Editorial).



PARA SABER MAIS

A escrita – memória dos homens, de Georges Jean (Objetiva).

A evolução da escrita. História ilustrada, de Carlos M. Horcades (SENAC Rio).

Cultura, pensamento e escrita, de Jean Bottéro, Ken Morrison e outros (Ática).

Cultura escrita e oralidade, de David R. Olson e Nancy Torrance (Ática).

As palavras e as coisas e Ditos e escritos, de Michel Foucault (Martins Fontes e Forense Universitária, respectivamente).

Os diálogos de Platão (diversas editoras).

Memória e cultura: a importância da memória na formação da cultura humana, organizado por Danilo Santos de Miranda (SESC-SP).

Perspectivas sociológicas, de Thomas Luckmann e Peter Berger (Vozes).

Ficções, de Jorge Luis Borges (Companhia das Letras).

História e memória e Reflexões sobre a história, de Jacques Le Goff (Editora da Unicamp e Edições 70, respectivamente).

Os desafios da escrita, de Roger Chartier (UNESP).

Linguagem, escrita e poder, de Maurizio Gnerre (Martins Fontes).

consoantes e é com os gregos que são criadas as vogais. Depois disso surgem outros alfabetos e o registro de muitas línguas, entre elas o latim, em 600 a.C.

É interessante pensar como a escrita se desenvolveu de forma autônoma em cada uma dessas culturas. No atual Egito, como na Mesopotâmia de hoje (o Iraque), a escrita árabe tomou o lugar dos hieróglifos e do cuneiforme. Na China, a mudança mais visível está ligada às ferramentas de escrita: no lugar do pincel, há a esferográfica; os computadores simplificam o trabalho dos escritores, mas não modificam essencialmente os caracteres chineses outrora traçados em cascos de tartaruga. O alfabeto latino, o nosso, é o mais utilizado no mundo contemporâneo, seguido do árabe. Cada um desses sistemas, dos quais se originam várias línguas, tem uma tradição literária rica e diversa, a que temos acesso graças ao trabalho dos tradutores e às facilidades geradas pela mídia, pelo sistema de edições e publicações e pela internet.

Uma vida inteira é pouco para conhecer o que a humanidade conseguiu registrar com a escrita, até mesmo porque hoje podemos escrever e publicar de forma instantânea nessas novas pedras de Uruk virtuais chamadas também de blogs. ●

The image shows the interior of a grand, ornate library. The most striking feature is a large, octagonal dome at the top, covered in intricate stained glass with circular and geometric patterns in shades of blue, red, and white. A large, multi-tiered chandelier with numerous glowing lights hangs from the center of the dome. The walls are lined with tall, dark wooden bookshelves filled with books. The architecture is highly detailed, with Gothic-style arches and decorative carvings. The lighting is warm and focused, highlighting the textures of the wood and the colors of the stained glass.

GUARDIÃES DO CONHECIMENTO

Bibliotecas brasileiras reúnem
acervo valioso

LOCAL DA MEMÓRIA, ESPAÇO DE CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO INTELECTUAL, LITERÁRIO E ARTÍSTICO DE UM PAÍS, DE UMA REGIÃO, DE UM BAIRRO. A BIBLIOTECA É UMA INSTITUIÇÃO. A HISTÓRIA DAS BIBLIOTECAS, DOS ARQUIVOS DOS PALÁCIOS ATÉ AS BASES DE DADOS ACESSÍVEIS ON-LINE HOJE PELA INTERNET, É TAMBÉM A DA METAMORFOSE DOS LEITORES, DAS POLÍTICAS DE DOMÍNIO E DE COMUNICAÇÃO DA INFORMAÇÃO.



Interior da sede da Fundação Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro.



O bellissimo prédio do Real Gabinete Português de Leitura.

A história das bibliotecas, dos arquivos dos palácios até as bases de dados acessíveis on-line, hoje pela internet, é também a da metamorfose dos leitores, das políticas de domínio e de comunicação da informação. Cada leitor é levado a desenvolver estratégias de apropriação e de memorização, por meio das quais é extraído o saber das obras. A biblioteca é também uma arquitetura do conhecimento: tanto sua organização interna como os critérios de constituição de suas coleções são escolhas intelectuais.

Hoje a biblioteca tem a função e o compromisso de ser facilitadora, mediadora de acesso e de interação. É importante que abrigue um espaço atraente, dinâmico, onde se conjugue informação e cultura, cujo objetivo final é sempre promover o gosto pela leitura e pela cultura. Ambiente que permite o acesso livre aos acervos físicos, nos mais diversos suportes, e dispõe de tecnologia para garantir a consulta também às fontes e aos meios digitais.

Em um país, a biblioteca nacional é aquela que tem função de ser a guardiã de sua produção intelectual, é a “memória” de todos os tempos. A Biblioteca Nacional do Brasil, considerada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) uma

Em um país, a biblioteca nacional é aquela que tem função de ser a guardiã de sua produção intelectual, é a “memória” de todos os tempos.

das dez maiores bibliotecas nacionais do mundo, é também a maior biblioteca da América Latina. O início do itinerário da Real Biblioteca no Brasil se deu num dos períodos mais importantes da história do país: a transferência da corte portuguesa para o Rio de Janeiro, em 1808. O acervo trazido inicialmente era de 60 mil peças, entre livros, manuscritos, mapas, estampas, moedas e medalhas. Quando, em 1821, a Família Real regressou a Portugal, D. João VI levou de volta grande parte dos manuscritos, fato que não diminuiu a importância da instituição.

O prédio de arquitetura eclética da sede atual, localizado no Centro do Rio, foi inaugurado em 1910, e conta hoje com nove milhões de obras, incluindo raridades como o *Livro de horas* e a famosa *Bíblia de Mogúncia*, ambos do século XV. Sob novo estatuto desde 1990, a Fundação Biblioteca Nacional ampliou seu campo de atuação, passando a coordenar estratégias fundamentais para o desenvolvimento de importantes áreas da cultura brasileira, como o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas e a política de incentivo à leitura, por meio do Programa Nacional de Incentivo à Leitura (Proler).

Para garantir a manutenção de seu acervo, a Fundação Biblioteca Nacional possui laboratórios de restauração e conservação de papel,

A Fundação Biblioteca Nacional é a única beneficiária da lei do Depósito Legal, recebendo um exemplar de tudo o que se publica no Brasil.

Bem mais do que uma biblioteca no conceito tradicional, a Biblioteca Parque de Manguinhos é um espaço cultural e de convivência.

além de oficina de encadernação e centro de microfilmagem, fotografia e digitalização, e está à frente também da Biblioteca Euclides da Cunha, que, além de permitir a consulta local às obras, realiza empréstimos. A Fundação Biblioteca Nacional é a única beneficiária da lei do Depósito Legal, recebendo um exemplar de tudo o que se publica no Brasil, o que a torna a guardiã da memória gráfica brasileira.

Além da biblioteca nacional, as bibliotecas públicas podem ser, segundo o seu âmbito, federais, estaduais ou municipais, ou seja, são implantadas e organizadas por órgãos estatais. Entre as bibliotecas que constituem o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas no Brasil, uma boa referência é o Sistema Municipal de Bibliotecas da Prefeitura de São Paulo, com destaque para as instituições temáticas e para os acervos especiais. Faz parte desse Sistema a Biblioteca Mário de Andrade, uma das mais importantes bibliotecas de pesquisa do país. Fundada em 1925, como Biblioteca Municipal de São Paulo, é a primeira biblioteca pública da cidade e a segunda maior biblioteca pública do Brasil, superada, apenas, pela Biblioteca Nacional.

PODER TRANSFORMADOR

Também na área das bibliotecas públicas, outro projeto que se destaca, capitaneado pela Secretaria de Estado de Cultura do Rio de Janeiro, é a Biblioteca Parque de Manguinhos. Inaugurada em 2010, é a primeira biblioteca-parque do Brasil. Inspirada nas bibliotecas-parque de Medellín e Bogotá, na Colômbia, bem-sucedidas no objetivo de colaborar com a inclusão social e a redução da violência, a instituição ocupa mais de 2,3 mil metros quadrados e atende a 16 comunidades da Zona Norte do Rio de Janeiro, num total de, aproximadamente, 100 mil habitantes. O espaço serve de modelo para implantação de instituições em outras comunidades do estado, como Rocinha e Complexo do Alemão.

Bem mais do que uma biblioteca no conceito tradicional, a Biblioteca Parque de Manguinhos é um espaço cultural e de convivência, que oferece à comunidade áreas como biblioteca digital, CDteca, DVDteca, internet comunitária e rede Wi-Fi, jardim de leitura, brinquedoteca, um setor de periódicos e uma sala multiuso. Hoje a instituição conta com

Crianças participam de atividades na Biblioteca Parque de Manguinhos, no Rio de Janeiro.



Assessoria de Comunicação – Secretaria de Estado de Cultura do Rio de Janeiro.

um cadastro de mais de três mil pessoas e já emprestou mais de 20 mil itens do seu acervo, entre livros e DVDs. “Em um ano de funcionamento, temos histórias muito interessantes na relação com as comunidades próximas. Havia um grupo de meninos que usava o nosso espaço para ensaiar danças de hip-hop, emprestavamos tanto o local quanto a aparelhagem de som. Hoje eles frequentam também a biblioteca e tomaram gosto pela leitura”, comemora Ivete Miloski, coordenadora da instituição.

Além das bibliotecas públicas, há ainda o importante trabalho das bibliotecas comunitárias, destinadas a populações menores, de bairros ou vilas. Um exemplo de destaque é a Biblioteca Comunitária Tobias Barreto de Meneses, situada no bairro de Vila da Penha, no Rio de Janeiro, que possui uma história bastante peculiar, já que foi idealizada por Evandro Santos, pedreiro sergipano radicado no Rio de Janeiro, que permaneceu analfabeto até os 18 anos. Em 1998, ao encontrar uma caixa com 50 livros no balcão de uma loja de automóveis, Evandro decidiu montar um acervo em sua própria casa, a partir de doações alheias. Era então fundada a instituição, ainda de forma amadora.

A atual sede da Biblioteca Comunitária Tobias Barreto de Meneses foi erguida em grande estilo, com projeto do arquiteto Oscar Niemeyer e financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). No acervo da biblioteca, há exemplares de poesia, romance, literatura infanto-juvenil e livros didáticos. Hoje, Evandro também coordena a inauguração de outras instituições semelhantes pelo Brasil. “Comecei ainda um projeto de carrocinha da leitura familiar. Vou de porta em porta aqui no meu bairro, em Vila da Penha, levando livros para emprestar para as famílias”, explica.

Já as bibliotecas especiais mantêm um acervo direcionado para determinado perfil de leitor. A Fundação Dorina Nowill, com sede em São Paulo, e o Instituto Benjamin Constant, no Rio de Janeiro, por exemplo, estão à frente de iniciativas destinadas a deficientes visuais. Enquanto as bibliotecas especializadas apostam na segmentação do seu acervo em determinada área do conhecimento ou assunto, como, por exemplo, a biblioteca da Academia Brasileira de Cordel, fundada em 1988, com sede no bairro de Santa Teresa, no Rio de Janeiro.

ESPECIALIZADAS E ITINERANTES

Em 1998, o SESC iniciou também no Ceará um projeto de edição de literatura de cordel, que viabilizou a publicação de múltiplos folhetos,

Além das bibliotecas públicas, há ainda o importante trabalho das bibliotecas comunitárias, destinadas a populações menores, de bairros ou vilas.



Visita à Cordelteca do SESC, em Juazeiro do Norte (CE).

e permitiu o ingresso no mundo literário de diversas pessoas da região. Desde o ano 2000, a partir da compra de importantes acervos pessoais, o SESC apostou ainda na montagem de uma cordelteca, na cidade de Juazeiro do Norte, que conta hoje com, aproximadamente, oito mil títulos e mais de 12 mil exemplares, incluindo obras raras, como *História do boi vermelho* (1916) e *História da princesa Cristina* (1953). A Cordelteca do SESC faz agendamento para visitação de escolas e abre seu acervo para pesquisa. Projeto de referência no Ceará, o SESC Cordel recebeu também o Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade, do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan).

Com foco em literatura clássica, merecem ainda destaque as duas bibliotecas da Academia Brasileira de Letras: Biblioteca Acadêmica Lúcio de Mendonça, fundada junto com a instituição, e a Biblioteca Rodolfo Garcia, inaugurada em 2005. Já a Rede de Bibliotecas e Centros de Informação em Arte no Estado do Rio de Janeiro (Redarte/RJ) reúne importantes instituições da área de arte e cultura, como as bibliotecas do Instituto Cervantes e do Museu Nacional de Belas Artes. Mas talvez a maior biblioteca especializada do Brasil seja o Real Gabinete Português de Leitura, o mais valioso acervo de obras de autores portugueses fora de Portugal. Em maio de 1837, um grupo de 43 emigrantes portugueses resolveu criar uma biblioteca para ampliar os conhecimentos de seus sócios e dar oportunidade aos portugueses residentes na então capital do Império de ter acesso aos livros.

Logo nos primeiros anos após a sua fundação, as diretorias do Real Gabinete passaram a adquirir milhares de obras, algumas raras, dos séculos XVI e XVII, entre elas um exemplar da edição “príncipes” de *Os*

Projeto de referência no Ceará, o SESC Cordel recebeu também o Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade, do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan).

Desde 2005, o SESC desenvolve o projeto BiblioSESC. As unidades móveis, com acervo inicial de 3.000 obras, percorrem as periferias e pequenas cidades do Brasil, incentivando a formação de um público leitor.

O caminhão do projeto BiblioSESC rodando pelo Brasil.

Iusíadas, que pertenceu à Companhia de Jesus de Setúbal. No edifício da atual sede, de arquitetura em estilo neomanuelino, foram realizadas as cinco primeiras sessões solenes da Academia Brasileira de Letras, sob a presidência de Machado de Assis. Atualmente a biblioteca conta com quadro de 2.400 associados, acervo de cerca de 400 mil volumes e realiza empréstimos de obras editadas a partir da década de 1950, com exceção de periódicos ou exemplares de referência.

Desde 2005, o SESC desenvolve o projeto BiblioSESC. As unidades móveis, com acervo inicial de 3.000 obras, percorrem as periferias e pequenas cidades do Brasil, incentivando a formação de um público leitor. “A ênfase é literatura brasileira e estrangeira traduzida, destinadas aos públicos infantil, juvenil e adulto, além de revistas e jornais. Há romances, contos, poesias, biografias e alguns títulos de complementação escolar no acervo”, explica Lisyane Wanderley dos Santos, coordenadora nacional do projeto.

Em 2010, o BiblioSESC registrou cerca de 750 mil atendimentos por meio de seus departamentos regionais e realizou mais de 120 mil empréstimos domiciliares, em 35 municípios brasileiros. Atualmente, o projeto dispõe de 52 unidades móveis que circulam pelo país. Além das bibliotecas móveis, o SESC possui 273 bibliotecas fixas distribuídas em todo o Brasil. ●



NA ERA DIGITAL, ESTAR PERTO DE UMA BIBLIOTECA NÃO É TAREFA DIFÍCIL



O Programa de Informação para Gestão de Ciência, Tecnologia e Inovação do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Prossiga/IBICT), por exemplo, disponibiliza em seu site bibliotecas virtuais temáticas em diversas áreas, como artes cênicas, literatura, inovação tecnológica e saúde reprodutiva, além das bibliotecas virtuais dedicadas a notáveis da ciência brasileira.

E não seria diferente para as instituições, também cada vez mais presentes na internet. Além de seu próprio portal, a Fundação Biblioteca Nacional está à frente, desde 2006, da Biblioteca Nacional Digital, projeto que permite acesso a obras de domínio público de seu acervo, onde hoje já é possível acessar 23 mil itens. A convite da Biblioteca do Congresso dos Estados Unidos e da Unesco, participa ainda, como parceiro fundador, da Biblioteca Digital Mundial, que prevê a digitalização de documentos e a sua apresentação nas seis línguas oficiais das Organizações das Nações Unidas (ONU). A Rede de Bibliotecas e Centros de Informação em Arte no Estado do Rio de Janeiro (Redarte/RJ), por sua vez, permite a consulta às unidades integrantes da rede em seu endereço na web, e o portal do Real Gabinete Português de Leitura, entre outras informações, disponibiliza um passeio virtual à sua belíssima sede. Acesse uma ferramenta de busca e comece sua visita pelos sites das bibliotecas.

Biblioteca Digital Mundial
<http://www.wdl.org/pt/>

Biblioteca Mário de Andrade
<http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/cultura/bma/>

Biblioteca Nacional Digital
<http://bndigital.bn.br>

Biblioteca Parque de Manguinhos
<http://www.cultura.rj.gov.br/espaco/biblioteca-parque-de-manguinhos/>

Bibliotecas Virtuais Temáticas
<http://prossiga.ibict.br/bibliotecas/>

Bibliotecas Virtuais de Notáveis da C&T
<http://www.canalciencia.ibict.br/notaveis/>

Fundação Biblioteca Nacional
<http://www.bn.br>

Rede de Bibliotecas e Centros de Informação em Arte no Estado do Rio de Janeiro (Redarte/RJ)
<http://redarterj.wordpress.com>

Real Gabinete Português de Leitura
<http://www.realgabinete.com.br>



A Fundação Biblioteca Nacional abriga um acervo de nove milhões de obras.



ROMANCE EPISTOLAR

Correspondências revelam vivências de escritores e painel literário de sua época

Talvez o mais célebre livro que pertence ao gênero epistolar seja *Os sofrimentos do jovem Werther*, de Johann Goethe. Nele, Werther narra seus padecimentos amorosos a um amigo, Wilhem, e as cartas inventadas por Goethe dão ao livro uma autenticidade poucas vezes alcançada no romance em terceira pessoa. O próprio Werther, por meio das cartas, é, ao mesmo tempo, o vivente e a testemunha do amor que o faz padecer. O livro foi escrito em 1774, quando a prática da escrita de cartas era mais que corrente entre os homens cultos. Era por cartas ou bilhetes que se tinha notícias de tudo, que se marcavam encontros, noivados e duelos.

Outro, não menos famoso, é *Drácula de Bram Stoker*, que dispensa apresentações. Também *As cartas portuguesas*, de Sórora Mariana Alcoforado, causaram frenesi ao serem

publicadas, primeiro na França, em 1669, depois em outros países da Europa. Quem as escreve é uma freira que, de dentro do convento, dá notícias de seu amor e sofrimento por um oficial francês. O livro foi revisitado em 1972 por três escritoras portuguesas, que depois ficaram conhecidas como as três Marias: Maria Velho da Costa, Maria Teresa Horta e Maria Isabel Barreno, em *Novas cartas portuguesas*. Dialogando com *As cartas portuguesas* de Mariana Alcoforado, elas escreveram um livro marco na oposição aos valores tradicionais do amor feminino e da participação da mulher na política e na religião, fazendo uma espécie de ponte entre os três séculos.

No Brasil, o romance epistolar não teve muita força. Mas foi famoso entre nós “As cartas chilenas”, poema satírico de Thomás Antônio Gonzaga. Nele, Cirilo escrevia de

Santiago do Chile a um amigo residente na Espanha dando notícias dos mandos e desmandos de um governador do Chile, Fanfarrão Minésio. O Chile do poema era, na verdade, Vila Rica, e o Fanfarrão, Luís da Cunha Meneses, governador de Minas até a Inconfidência Mineira.

O romance epistolar foi muito divulgado no século XVIII, mas pode ser encontrado também na literatura moderna e contemporânea. Entre os mais recentes, estão *Caro Michelle*, da italiana Natalia Ginzburg, *Respiração artificial*, do argentino Ricardo Piglia e *A caixa preta*, do israelense Amós Oz.

Ao lado do romance epistolar, e não menos interessante, as correspondências dos escritores, no mais das vezes, constituem verdadeiros romances arrancados das vivências reais dos missivistas e de seus destinatários. Cada dia mais essas cartas interessam aos pesquisadores e formam um painel da vida literária e cultural do período em que foram escritas.

AS CARTAS DE ESCRITORES BRASILEIROS

O e-mail e o Facebook, hoje, substituem quase que totalmente a correspondência postal dos escritores. Se já estivessem em uso em 1928, não teríamos as doces e românticas cartas de amor de Graciliano

Ramos, homem considerado austero, com uma prosa avessa a qualquer tipo de sentimentalidade, e com uma visão de mundo e do amor pessimista, autocrítica e sarcástica. É provável que se suas cartas fossem e-mails teriam sido apagadas depois de passada a paixão mais desenfreada por Heloísa, depois de ele ter se transformado no escritor Graciliano Ramos. Quando a conheceu, Graciliano era prefeito de Palmeiras dos Índios (AL) e estava escrevendo *Caetés*, seu primeiro livro, que seria publicado cinco anos mais tarde, ao que indica uma das cartas. Diz ele na carta de 24 de janeiro de 1928: “Quererias que, tendo motivo para indignar-me, para odiar-te às vezes, todos os meus sentimentos ruins desaparecessem por milagre e eu me transformasse num santo? Não me transformo, felizmente. Sabes o que acontece? É que os novos hóspedes de minha alma brigam com os que já lá estavam alojados: surgem contendidas medonhas, a polícia não intervém – e aparecem cartas como as que te escrevi.” E: “Passa da meia-noite, meu amor, e isto não é carta: é romance. Há quase três horas que te escrevo! Como terás coragem de ler semelhante topada?”

Se o e-mail tivesse surgido ainda na década de 1920 quanto menos saberíamos de escritores como Mário de Andrade, Carlos Drummond de Andrade, Fernando Pessoa, Guimarães Rosa e mais uma centena de romancistas e poetas que as editoras revelaram na sua intimidade? Sim, porque João Antônio, escritor paulista e entusiasta missivista, dizia num conto de 1986, “Ajuda-me a sofrer”, que “mostrar cartas é quase tirar a roupa em público.” Talvez mesmo por isso haja tantos processos de missivistas que trocaram cartas com escritores hoje famosos, ou mesmo familiares desses escritores, que impedem a publicação de suas cartas. Nem sempre é agradável ver um escritor nu. Dalton Trevisan, em “Santíssima e patusca”, não deixa dúvidas: “Uma carta publicada sem anuência do autor é crime sem perdão.”





Cecília Meireles. Recentemente, ainda, foi publicado o livro *Pio e Mário, diálogo da vida inteira*, a correspondência entre o fazendeiro Pio Lourenço Corrêa e Mário de Andrade entre os anos de 1917 e 1945.

Grande parte da história da literatura é contada pela correspondência entre escritores. Nas cartas pode ser lida a construção de um poeta, de um romancista, muito de seus processos de criação, e não é raro serem elas fonte inesgotável de conselhos, impulsos de mestres a novos escritores. Exemplo é a correspondência entre Mário de Andrade e Fernando Sabino, não por acaso com o título, na segunda edição do livro, *Cartas a um jovem escritor e suas respostas*, em alusão clara ao livro de Rainer Maria Rilke, referência de toda uma geração de poetas do mundo inteiro, *Cartas a um jovem poeta*. Diz Mário a Sabino: “O prosador lida com a inteligência lógica, está no plano do consciente, das relações de causa e efeito. O seu discurso tem cabeça, tronco e membros, princípio-meio-e-fim, embora pouco importe que muitas vezes o assunto exija que o fim esteja no princípio, e o princípio no meio. Não tem disposição? Não se trata de ter disposição: você é um operário como qualquer outro: se trata de ter horas de trabalho. Então, vá escrevendo, vá trabalhando sem disposição mesmo. A coisa principia difícil, você hesita, escreve besteira, não faz mal. De repente você percebe que, correntemente ou pensadamente (isto depende da pessoa) você está dizendo coisas acertadas, inventando belezas, forças etc. Depois, então, no trabalho de polimento, você cortará o que não presta, descobrirá coisas pra encher os vazios etc. etc.”

Em carta a Mário de Andrade, de 8 de abril de 1933, Manuel Bandeira faz uma interessante distinção entre as cartas que guarda e relê. Diz ele que guardou as de seus familiares mortos imaginando que mais tarde acharia consolo lendo-as. Porém,

verificou que é terrível reler nas cartas a vida dos que perdemos. “Uma ou outra vez, aqui e ali, um balsamozinho. Mas em geral, uma dor medonha.” O poeta não aconselha ninguém a guardar cartas dos que morreram, contudo, as outras, as dos vivos, são interessantes na medida em que se pode acompanhar o amadurecimento, as mudanças do pensamento e o desenvolvimento dos projetos literários esboçados nas missivas do passado.

As cartas entre escritores acabam estreitamente associadas à literatura. Um exemplo profícuo são as de Hermann Hesse e Thomas Mann. Há estimativas de que Thomas Mann tenha escrito na sua vida pelo menos 25 mil cartas. Hermann Hesse, 35 mil. Os dois se corresponderam até 1955, quando da morte de Thomas Mann, e as cartas que trocaram estão reunidas no livro *Correspondência entre amigos*, da editora Record. São um prato cheio para a crítica literária, já que um comenta os livros do outro.

INTIMIDADE À PROVA

Para voltar ao terreno amoroso e ainda ficar no da língua portuguesa, uma espiadela nas cartas de Fernando Pessoa, que escreveu ininterruptamente até sua morte, em 1935, publicadas no livro *Cartas de amor* de Fernando Pessoa, é uma verdadeira incursão na vida íntima e nos laivos da vontade do poeta. As cartas são dirigidas a Ophélia Queiroz entre 1920 e 1930. Nelas, Pessoa se refere à amada como “Meu querido Bebê pequeníssimo”, “Meu querido Bebézinho mau e bonito”, “Querida Íbis”, “Querida Nininha pequena”, “Ophelinha pequena”, “Terrível Bebê” e “Víbora”. Claro, as cartas só foram publicadas depois da morte do autor...

Ao ler as cartas de Kafka a Felice, Elias Canetti, outro grande escritor e missivista, disse parecer estar lendo um romance: “Li aquelas cartas com uma emoção tamanha como havia anos nenhuma obra literária me causara.” Seu livro sobre essa correspondência,

O outro processo: as cartas de Kafka a Felice, parece ser, por sua vez, um romance, a começar pela abertura: “E agora elas estão publicadas num volume de 750 páginas, essas cartas de cinco anos de tormentos.” De fato, ao conhecer Felice, Kafka fica dependente de sua correspondência e seu amor é total ainda que só possível por cartas. Ele pede a Felice que lhe escreva diariamente contando como foi seu café da manhã, sua rotina no escritório, suas leituras, suas saídas com amigos, enfim, minúcias. Já Kafka escreve a Felice duas ou três vezes por dia, cartas longas, chegando uma a 40 páginas. E a partir do que essas cartas representam como força adquirida na luta consigo mesmo, na exposição de suas fraquezas, Kafka encontra uma via de escrita para sua literatura. Canetti diz não se tratar de um epistolário fútil, com um fim em si, de uma mera satisfação. A correspondência estaria a serviço da criação literária do autor tcheco. Duas noites depois da primeira carta a Felice, ele teria redigido *A sentença* de um só golpe, em dez horas de uma mesma noite.

Canetti mostra nesse belíssimo livro como a relação entre os dois namorados, exposta nas cartas de Kafka a Felice (as de Felice nunca foram encontradas) foi determinante na tessitura de *O processo*, *A metamorfose*, *Na colônia penal* e outros escritos do autor. Os “tormentos” a que se refere no início do livro são dignos dos mais interessantes romances de amor, nos quais o enredo é cheio de reviravoltas e mal-entendidos, só que é vida e dói. Kafka quer Felice, mas não pode casar-se e continuar escrevendo. Necessita de sua almejada solidão, como afirma na carta de 14 de janeiro de 1913: “Outrora me escreveste que gostarias de estar sentada ao meu lado, enquanto escrevo. Lembra-te, todavia, de que então eu não seria capaz de fazê-lo... Pois escrever significa abrir-se em demasia... Por isso não há nunca suficiente solidão ao redor de quem escreve; jamais o silêncio em torno de quem escreve será excessivo,

e a própria noite não tem bastante duração.” Kafka só encontra com Felice algumas vezes e é por carta que a pede em casamento e que a rejeita. Termina o namoro por carta alegando que não é possível para ele uma vida normal. Se não bastasse, Felice envia uma amiga, Grete Bloch, para que converse com ele e ajude a persuadi-lo para uma reaproximação e os dois acabam trocando cartas num velado tom amoroso. Mas Kafka ainda quer reaver Felice, como se mesmo sabendo que não poderá jamais casar-se com ela ou com outra mulher e não encerra sua correspondência com Grete, que acaba mostrando a Felice trechos das cartas enviadas por Kafka. A história está armada e o final é um verdadeiro “tribunal, que reúne amigos e familiares dos dois em um hotel de Berlim, é o fim do segundo noivado. Canetti vê ecos da humilhação sofrida por Kafka (o fato de o caso ter-se tornado público e de ele ter sido “julgado”) no livro *O processo*.

Mas a mais bela carta de amor talvez seja a do filósofo e jornalista austríaco André Gorz, endereçada a sua mulher, Dorine. A carta foi publicada no Brasil, pela editora Cosac Naify, após o suicídio do casal, em setembro de 2007, ele com 84 anos de idade e ela com 82. O suicídio, pelo que diz a bela carta, foi um ato de puro amor: “Você acabou de fazer oitenta e dois anos. Continua bela, graciosa e desejável. Faz cinquenta e oito anos que vivemos juntos, e eu amo você mais do que nunca... Eu vigio a sua respiração, minha mão toca você. Nós desejaríamos não sobreviver um à morte do outro. Dissemo-nos sempre, por impossível que seja, que, se tivéssemos uma segunda vida, iríamos querer passá-la juntos.”

As cartas de escritores formam um arquivo imenso e muito relevante para os pesquisadores e leitores que querem se aprofundar no conhecimento da vida literária e cultural da época em que viveram os autores, na história da literatura, no conhecimento do próprio fazer literário dos escritores e de sua intimidade, pois as cartas, como observa Kafka, são

“o único lugar onde é permitido exteriorizar tudo”. Nem tudo, talvez. Os autores têm consciência da posteridade e, muitas vezes, não são completamente sinceros em suas cartas. Ainda assim, e por isso mesmo, elas são reveladoras da personalidade de seus autores e se oferecem como um campo inesgotável de descobertas.

Como estará esse arquivo daqui a 50, 100 anos? Que escritores escrevem cartas hoje? Poucos, muito poucos. Porém, os e-mails são muitos. Resta descobrir uma forma de triagem, arquivo e consulta dessa que é uma correspondência pessoal guardada com senhas, embora existam sempre os destinatários. Se um escritor tem a sorte ou a infelicidade de encontrar um interlocutor que guarde os e-mails recebidos em uma pasta e dê acesso ao público, está feito o arquivo e aberto à visita. Mas estão os escritores escrevendo tão profundamente a respeito de si, da história e da cultura, de outros livros, como se fazia na época da correspondência postal?

O suporte mudou, a linguagem também mudou. A disposição de tempo já não é a mesma. O modo de viver é outro. Nem por isso sejamos negativos: a escrita de si, cujos mais antigos gêneros são a correspondência e o diário, continua muito forte nas publicações de blogs e páginas no Facebook. Alguns viraram livros, outros constituem espaços de criação que dizem muito a respeito das escolhas, dos gostos e da criatividade de homens e mulheres que usam os diversos suportes para escrever uma outra história do nosso tempo. Gerará ela interesse? Terá leitores? Será capaz de satisfazê-los? É aguardar e conferir. ●

Prólogo de *As cartas chilenas* (1787-8), de Tomás Antônio Gonzaga

Amigo leitor, arribou a certo porto do Brasil, onde eu vivia, um galeão, que vinha das Américas espanholas. Nele se transportava um mancebo, cavalheiro instruído nas humanas letras. Não me foi dificultoso travar, com ele, uma estreita amizade e chegou a confiar-me os manuscritos, que trazia. Entre eles encontrei as *Cartas Chilenas*, que são um artificioso compêndio das desordens, que fez no seu governo Fanfarrão Minésio, general de Chile.

Logo que li estas Cartas, assentei comigo que as devia traduzir na nossa língua, não só porque as julguei merecedoras deste obséquio pela simplicidade do seu estilo, como, também, pelo benefício, que resulta ao público, de se verem satirizadas as insolências deste chefe, para emenda dos mais, que seguem tão vergonhosas pisadas.

Um D. Quixote pode desterrar do mundo as loucuras dos cavaleiros andantes; um Fanfarrão Minésio pode também corrigir a desordem de um governador despótico.

Eu mudei algumas coisas menos interessantes, para as acomodar melhor ao nosso gosto. Peço-te que me desculpes algumas faltas, pois, se és douto, hás-de conhecer a suma dificuldade, que há na tradução em verso. Lê, diverte-te e não queiras fazer juízos temerários sobre a pessoa de Fanfarrão. Há muitos fanfarrões no mundo, e talvez que tu sejas também um deles, etc.

... Quid rides ?
mutato nomine, de te
Fabula narratur...
Horat. Sat 1ª, versos
69 e 70.



“A RAZÃO É A ÚLTIMA COISA QUE DEVE ENTRAR NA POESIA”

MANOEL DE BARROS CONQUISTOU O LUGAR DE POETA BRASILEIRO MAIS ORIGINAL. SEU ESTILO NÃO CABE EM NENHUMA CLASSIFICAÇÃO E TAMBÉM NÃO FAZ ESCOLA: QUALQUER POETA QUE QUEIRA TROCAR SEU LUGAR DE LEITOR FERVOROSO PELA TENTATIVA DE SE APROXIMAR DE SEU MODO DE PENSAR E ESCREVER POESIA SÓ ALCANÇA O LUGAR DE IMITADOR, POIS ELE FIXOU UM JEITO ÚNICO DE SENTIR E ESCREVER AS COISAS.

No recente filme *Só dez por cento é mentira*, com roteiro e direção de Pedro Cezar, o poeta diz de si mesmo: “eu me considero um vidente”, e explica: “o poeta vê coisas que não existem.”

Além de ser uma bela definição do que seja a poesia, a frase também é a expressão de uma das características mais importantes da sua escrita: a noção de desfazimento. Manoel de Barros vê coisas que não existem e as transforma em linguagem, mas também vê as coisas na sua função cotidiana, banal, e empresta a elas outra função, ou melhor, uma desfunção. Fausto Wolff, na orelha de *Retrato do artista quando coisa*, diz que Manoel é o sujeito que vê uma letra e a entorta, depois fica vigiando até descobrir para que ela não serve. Um bonito exemplo de como o poeta encontra modos diversos de ver as coisas, ou de dar-lhes um significado novo, é o poema “13”, do mesmo livro: “Nos apetrechos de Bernardo, que é o nome dele, / achei um canivete de papel. / Servia para não funcionar: na direção que um / canivete de papel não funciona. / Servia para não picar fumo. / Servia para não cortar unha. / Era bom para água mas obtuso para pedra.” Na biografia de Manoel de Barros é possível ver esse percurso, que vai do complexo ao mais singelo, da sabedoria da erudição para a sabedoria da simplicidade, do acúmulo do saber que vai se gastando até que o homem possa deixar de refletir sobre as coisas para sê-las, como diz em outro poema.

Manoel nasceu em Cuiabá, Mato Grosso, em 1916, filho de João Venceslau Barros, arameiro (fazedor de cercas para contenção do gado) e tinha apenas um ano de idade quando seu pai fundou a fazenda onde passou a infância, como ele diz, vendo coisas “desimportantes”, olhando para o chão, para o pequeno. Mas ainda com oito anos foi para um colégio em Campo Grande e aos 13 veio para o Rio de Janeiro fazer seus estudos em regime de

internato no Colégio São José, dos Irmãos Maristas. Depois se formou em direito, em 1941. Nessa época já escrevia e há até uma anedota sobre seu primeiro livro, que o teria livrado da prisão.

Manoel leu Marx e engajou-se na política, chegando até a se filiar ao Partido Comunista no período em que cumpria seus estudos no Rio. Em longa entrevista concedida a José Castello na década de 1990 e publicada no jornal *O Estado de São Paulo*, ele relembra com bom humor que aos 18 anos vivia numa pensão com outros quatro colegas que foram incumbidos de pichar a frase “Viva o comunismo” na estátua de Pedro Álvares Cabral, na Glória. Mesmo sem ter participado da pichação, recebeu os policiais que batiam à porta para prendê-lo. Quem o salvou, diz Manoel, foi a dona da pensão, pedindo encarecidamente que deixassem em paz “esse jovem que tinha acabado de sair do seminário e era até poeta” e mostrando à polícia o manuscrito, único, de *Nossa Senhora de minha escuridão*. Os policiais foram embora com os poemas e perdoaram o poeta.

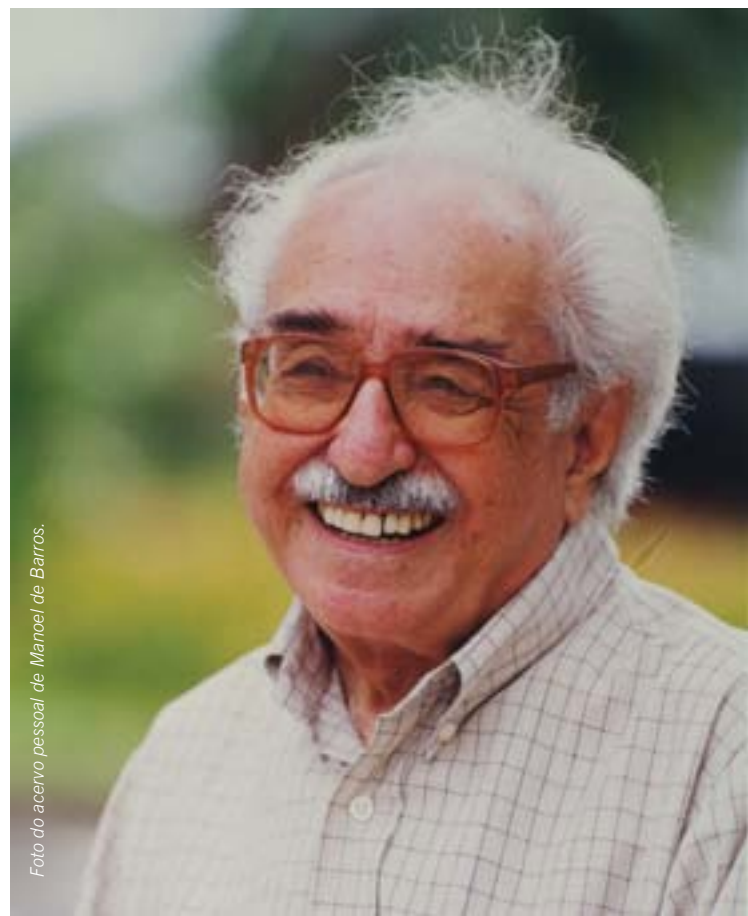


Foto do acervo pessoal de Manoel de Barros.

Estudos feitos, seu pai o aguardava com a ideia de lhe arranjar um cartório, mas já naquela época Manoel de Barros intuía que seu lugar era outro. Decidiu viajar para a Bolívia e depois para o Peru com as obras completas de Rimbaud e de Baudelaire embaixo do braço. Mais tarde morou um ano em Nova York, onde frequentou cursos sobre cinema e sobre pintura no Museu de Arte Moderna. A experiência dessa viagem marcou-o muito e a influência de Picasso, Chagall, Miró, Van Gogh, Braque, entre outros, foi se mostrando em sua estética literária, sempre alimentada pela imagem e, em especial, a imagem que ultrapassa os limites da imitação realista.

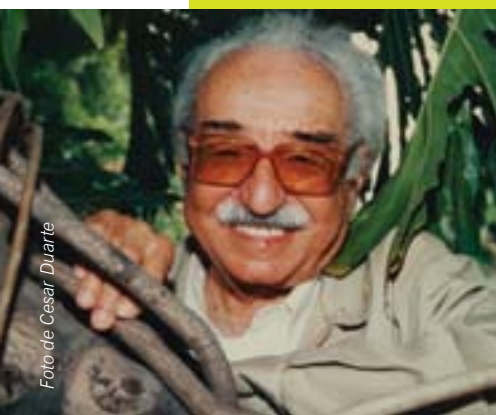
O cinema também tem papel importante na concepção de poesia de Manoel de Barros. Figura forte em seus livros, o des-herói teve inspiração em Chaplin, como afirma o poeta em *Só dez por cento é mentira*: “Charles Chaplin monumentou os vagabundos.”

Quando voltou de Nova York, tentou ser advogado, mas vomitou sobre os papéis na primeira audiência, trabalhou no sindicato dos peixeiros, em um escritório de advocacia, e foi como vendedor de imóveis que conheceu Stella, sua esposa até hoje. Com a morte do pai, herdou a fazenda da família e passou anos sem escrever, dedicando-se aos negócios da fazenda. Nessa época, autodenominava-se “criador de gado”. Depois largou os negócios e passou a se dedicar “a nada”, como ele diz, à criação de sua poesia, já conhecida em alguns livros no seu círculo de amizades. Assim o poeta se pinta em seu “Autorretrato falado”, do *Livro das ignoranças*, de 1994:

*Venho de um Cuiabá garimpo e de ruelas entortadas.
Meu pai teve uma venda de bananas no Beco
Marinha, onde nasci.
Me criei no Pantanal de Corumbá, entre bichos do chão,
pessoas humildes, aves, árvores e rios.
Aprecio viver em lugares decadentes por gosto de estar
entre pedras e lagartos.
Fazer o desprezível ser prezado é coisa que me apraz.
Já publiquei 10 livros de poesia; ao publicá-los me
sinto como que desonrado e fujo para o
Pantanal onde sou abençoado a garças.
Me procurei a vida inteira e não
me achei – pelo
que fui salvo.
Descobri que todos os caminhos levam à ignorância.
Não fui para a sarjeta porque herdei uma fazenda de
gado. Os bois me recriam.
Agora eu sou tão acaso!
Estou na categoria de sofrer no moral, porque só
faço coisas inúteis.*

Seu primeiro livro, *Poemas concebidos sem pecado*, rodado na prensa manual do diplomata Henrique Rodrigues Vale, numa tiragem de apenas vinte exemplares, veio a público em 1937. Mas foi somente nos anos 1980, com o incentivo de outros escritores como Millôr Fernandes, Antônio Houaiss e Fausto Wolff, que Manoel de Barros ganhou notoriedade nacional ao ter seus poemas publicados nas colunas de *Veja*, *Isto é* e *Jornal do Brasil*. A partir desse movimento, a editora Civilização Brasileira publicou quase todos os seus poemas sob o título *Gramática expositiva do chão*, o mesmo de um dos livros do poeta, de 1966.

Em 1989, ganhou seu primeiro Prêmio Jabuti de Literatura com *O guardador de águas*. Ao lado de vários outros, como o Alfonso Guimarães, da



Fotos do acervo pessoal de Manoel de Barros.

Biblioteca Nacional, com o *Livro das ignoranças*, de 1996, e o Prêmio Nestlé de Poesia, com o *Livro sobre nada*, de 1997, Manoel de Barros ainda obteve o Prêmio Nacional de Literatura do Ministério da Cultura pelo conjunto da obra, em 1998, reconhecimento de máxima importância para qualquer autor. Ganhou também outro Jabuti, o prêmio de maior influência em âmbito nacional, e ainda teve três de seus livros publicados na França, na Espanha e em Portugal.

Como influências literárias o poeta gosta de citar Mário de Andrade, com *Macunaíma*, bastante presente em seu primeiro livro, Oswald de Andrade, Guimarães Rosa, de quem herdou a base de sua linguagem, com quem despertou para escutar a palavra “entortada”, mas também Padre Antônio Vieira, de quem leu toda a obra e com a qual aprendeu a cultivar a palavra, e Rimbaud, cujo *Une saison en enfer* o ajudou a conhecer a liberdade criativa do artista no manuseio da riqueza do material sensitivo disponível ao seu redor. No entanto, a poesia de Manoel de Barros, que se quer irracional, ou pelo menos que “deixe a razão entrar por último”, exige que o poeta faça o caminho do desfazimento do saber, como se pode exemplificar pelo poema “Aprendimentos”, do livro *Memórias inventadas, as infâncias de Manoel de Barros*: “O filósofo Kierkegaard me ensinou que cultura é / o caminho que o homem percorre

para se conhecer / Sócrates fez o seu caminho de cultura e ao fim / falou que só sabia que não sabia de nada. Não tinha / as certezas científicas (...) Píndaro falava pra / mim que usava todos os fósseis linguísticos que / achava para renovar sua poesia...” Para Manoel, as vivências da primeira infância na fazenda (ter aprendido a olhar o chão, para o pequeno, para o quase invisível fazer das formigas e outros bichos ainda menores), são mais importantes do que qualquer sabedoria adquirida pela cultura.

Na matéria “A repetição de si mesmo”, publicada na *Gazeta de Curitiba* em 21 de dezembro de 1998, Miguel Sanches Neto faz a crítica do livro *Retrato do artista quando coisa* e diz que Manoel perdeu essa sua tão propagada irracionalidade, já que a mecanização dos procedimentos poéticos, o uso das mesmas estratégias de distorção linguística que se cristalizam (transformação de substantivos em verbos, criação de neologismos, atribuição de funções humanas a seres inanimados e vice-versa) e o já conhecido mundo das lagartixas e outros bichos acusariam um “truque de construção imposto por um estilo do qual o poeta não consegue se livrar”.

As novas publicações de Manoel de Barros acabaram por dividir a crítica entre os que o acusam de repetir-se a si mesmo e os que o

defendem, reivindicando um lugar para essa poesia, que mesmo na repetição seria diferente e cuja força seria mantida pelo inusitado das inversões de funções para os homens e as palavras.

O poeta e professor de literatura da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Unirio), Manoel Ricardo de Lima que, à época, comentou as críticas de Miguel Sanches Neto em sua coluna no jornal *O povo*, de Fortaleza, no Ceará, disse que a poesia de Manoel de Barros pede silêncio e paciência: “Depois de seu livro de 1989, *O guardador de águas*, Manoel de Barros parece não ter percebido que toda sua poética é realmente uma espécie de variação sobre si mesma, uma tautologia de elementos e de estruturas até a exaustão. Mas talvez seja preciso perceber também que a ideia de toda sua poesia, me parece, é uma repetição. Como as variantes jazzísticas: base melódica e improvisações sobre esta base.”

Hoje Manoel de Barros tem 94 anos, mais de vinte livros publicados, continua fazendo coisas inúteis em sua fazenda em Campo Grande, no Mato Grosso, onde mora com sua mulher Stella, tem três filhos e sete netos e é reconhecido nacional e internacionalmente, mas sem alarde. Escreve a mão em cadernos que vai acumulando em sua escrivaninha e com os lápis que tem prazer em apontar antes de começar o trabalho. Não gosta



de fazer publicidade nem de si, nem de sua obra, recebe pouco, mas muito bem, os jornalistas e estudantes cada vez mais interessados no que ele escreve e diz muito de si em cada livro que publica: “Não aguento ser apenas sujeito que abre / portas, que puxa válvulas, que olha o relógio, que / compra pão às 6 horas da tarde, que vai lá fora, / que aponta lápis, que vê a uva etc. etc. / Perdoai. / Mas eu preciso ser Outros.” ●

OBRAS PUBLICADAS NO BRASIL

- 1937 – *Poemas concebidos sem pecado*
1942 – *Face imóvel*
1956 – *Poesias*
1960 – *Compêndio para uso dos pássaros*
1966 – *Gramática expositiva do chão*
1974 – *Matéria de poesia*
1982 – *Arranjos para assobio*
1985 – *Livro de pré-coisas* (Ilustração da capa de Martha Barros)
1989 – *O guardador das águas*
1990 – *Poesia quase toda*
1991 – *Concerto a céu aberto para solos de aves*
1993 – *O livro das ignoranças*
1996 – *Livro sobre nada* (Ilustrações de Wega Nery)
1998 – *Retrato do artista quando coisa* (Ilustrações de Millôr Fernandes)
1999 – *Exercícios de ser criança*
2000 – *Ensaio fotográficos*
2001 – *O fazedor de amanhecer* (infantil)
2001 – *Poeminhas pescados numa fala de João*
2001 – *Tratado geral das grandezas do ínfimo* (Ilustrações de Martha Barros)
2003 – *Memórias inventadas (A infância)* (Ilustrações de Martha Barros)
2003 – *Cantigas para um passarinho à toa*
2004 – *Poemas rupestres* (Ilustrações de Martha Barros)
2005 – *Memórias inventadas II (A segunda infância)* (Ilustrações de Martha Barros)
2007 – *Memórias inventadas III (A terceira infância)* (Ilustrações de Martha Barros)
2010 – *Menino do mato*
2010 – *Poesias completas*

OBRAS PUBLICADAS NO EXTERIOR

Portugal

2000 – *Encantador de Palavras* (Organização e seleção Walter Hugo Mãe)

França

2003 – *La parole sans limites. Une didactique de l'invention [O livro das ignoranças]* (Tradução e apresentação Celso Libânio. Ilustração Cicero Dias)

Espanha

2005 – *Riba del dessemblat* (Antologia Poética)

PRÊMIOS RECEBIDOS

- 1960 – Prêmio Orlando Dantas – Diário de Notícias, pelo livro *Compêndio para uso dos pássaros*.
1966 – Prêmio Nacional de poesias por *Gramática expositiva do chão*.
1969 – Prêmio da Fundação Cultural do Distrito Federal, por *Gramática expositiva do chão*.
1989 – Prêmio Jabuti de Literatura, na categoria Poesia, por *O guardador de águas*.
1990 – Prêmio Jacaré de Prata da Secretaria de Cultura de Mato Grosso do Sul como melhor escritor do ano.
1996 – Prêmio Alfonso Guimarães, da Biblioteca Nacional, por *O livro das ignoranças*.
1997 – Prêmio Nestlé de Poesia, pela obra *Livro sobre nada*.
1998 – Prêmio Nacional de Literatura do Ministério da Cultura, pelo conjunto da obra.
2000 – Prêmio Odilo Costa Filho, da Fundação do Livro Infante-Juvenil, por *Exercício de ser criança*.
2000 – Prêmio Academia Brasileira de Letras, com *Exercício de ser criança*.

- 2002 – Prêmio Jabuti de Literatura, na categoria livro de ficção, por *O fazedor de amanhecer*.
2005 – Prêmio APCA 2004 de melhor poesia, por *Poemas rupestres*.
2006 – Prêmio Nestlé de Literatura Brasileira, por *Poemas rupestres*.

FILMES SOBRE MANOEL DE BARROS

- 1989 – *O inviolável anonimato do Caramujo-Flor*, de Joel Pizzini.
2008 – Série *Paixão pela palavra – Manoel de Barros*, Canal Futura.
2010 – *Só dez por cento é mentira*, de Pedro Cezar.

SITES

- Fundação Manoel de Barros: <http://www.fmb.org.br>
Releituras: <http://www.releituras.com>
Jornal de Poesia: <http://www.jornaldepoesia.jor.br>



ENTREVISTA

MANOEL DE BARROS

Sua poesia compreende quase oito décadas. Seus primeiros livros, *Poemas concebidos sem pecado*, de 1937, e *Face imóvel*, de 1942, são considerados os mais “modernistas”, ou melhor, aqueles que mais se enquadram numa escola literária, dentre toda sua obra. Como se deu a evolução de sua poética desde essa “experiência modernista” até *Menino do mato*, seu último livro publicado?

Não havia intenção política nem modernista. Eu queria era achar minha linguagem. Estava apalpando. A esse tempo Oswald de Andrade me seduzia. Ele era descomportado.

Sua linguagem poética, com forte presença da oralidade, através da sintaxe, através do vocabulário, além da temática rural, leva a comparações diretas com o romancista Guimarães Rosa. Como o senhor vê essas comparações de estilo?

Em Rosa eu encontrei uma desobediência sintática e semântica que me procurava. “Só renovando a linguagem é que podemos renovar o mundo.” Mudar o mundo a gente não mudava. Mas a gente podia remendar outra feição para a natureza.

Ainda sobre as suas duas primeiras obras, podemos dizer que esses livros têm um teor mais crítico, talvez mais político do que o restante da obra? De que forma se deu essa passagem do político para o estético?

Repito que eu estava me procurando. Quando li Rimbaud, encontrei na mistura de todos os sentidos, o meu caminho. Eu escutei a cor de um passarinho.

O senhor diz que o poeta escreve o próprio desconcerto. Esse desconcerto do autor também não é o desconcerto do mundo? Como o senhor vê a relação do poeta com o mundo?

Eu escrevi que eu me desencontro todos os dias. Acho saudável para a poesia os desencontros do poeta com ele mesmo.



Foto do acervo pessoal de Manoel de Barros.

“Eu escrevi que eu me desencontro todos os dias. Acho saudável para a poesia os desencontros do poeta com ele mesmo.”

Sabe-se que o senhor é um “vedor” de filmes. Em que o cinema, particularmente, e a arte influenciam na sua produção literária? Acho que de tanto ver cinema aprendia a fazer desenhos verbais de imagens. Tipo assim: eu vi a tarde correndo atrás de um cachorro, ou, eu vi um prego que farfalha.

Como o senhor se sente sendo matéria de dois filmes, *Wenceslau* e *A árvore do gramofone*, de Adalberto Müller, e *Só dez por cento é mentira*, de Pedro Cezar?

Me senti, com esses dois filmes, na mídia.

A sua poesia é muito visual. Como é o seu processo de trabalhar com o absurdo divino das imagens?

Eu gosto de fazer desenhos verbais de imagens. Como seja: vi um lagarto lambendo as pernas da manhã.

O senhor se diz um fazedor de frases. O senhor considera sua poesia fragmentada?

Não me acho fragmentado. Sou um repetidor de mim.

No gorjeio de pássaros tem um perfume de sol? E no canto do mato ouriçado pelo vento, que perfume tem?

Eu me lembro que aprendi nos gorjeios a maneira de dar canto aos versos!

Em seu livro *Memórias inventadas – a terceira infância* o “eu do poema” diz ter encontrado em seus estudos, em Albert Einstein, um ensinamento valioso, o de que a imaginação é mais importante do que o saber. Einstein falava, provavelmente, do saber erudito. Quanto de sua poesia – e de sua imaginação – vem desse saber erudito, e quanto o senhor atribui ao saber popular? O senhor atribui maior importância a um do que a outro, ou acredita que ambos são necessários para a criação poética?

O que eu sei é de perceber. Não é de estudar. Meu conhecimento é sensorial.

O seu primeiro livro, *Nossa Senhora da Escuridão*, foi confiscado por um policial ao tentar prendê-lo por comunismo... O senhor se lembra desses poemas? Tem algum manuscrito?

Eu só me lembro que o policial que levou o livro fez uma boa ação.

O Brasil é um país continental com uma cultura rural muito rica, pouco conhecida e, não raro, caricaturada. A poesia do senhor é marcada por essa vivência do campo. Como o senhor vê esse tipo de literatura no Brasil?

Minha poesia vem de um lugar que só tinha bicho, solidão e árvore. O resto era um sonho de reviver em palavras essa vivência.

Adalberto Müller diz que a sua poesia é autotextual, seus poemas dialogam entre si. Esse processo é intencional ou foi algo natural em seu trabalho poético?

Autotextual é a palavra certa. Eu só sei me mastigar. Lembro as palavras de Cristo: “Quem escreve sobre si mesmo procura sua própria glória.” Eu procuro, senhor! Não sei me pular.

O que o senhor escreveria em uma carta a um jovem poeta?

Eu ia copiar o que li em Rilke nas *Cartas a um jovem poeta*. E faria uma carta recomendando Rilke. ●

A ECOLOGIA POÉTICA DE MANOEL DE BARROS

Adalberto Müller

Nos textos que escreve sobre a água, Francis Ponge relata que, todas as vezes que tenta dizer algo sobre ela, ela lhe escorre entre os dedos. Do mesmo modo, todas as vezes que me deparo com a tarefa de dizer algo sobre Manoel de Barros, o crítico em mim – assumindo que é uma das minhas *personae* – fica com a mesma impressão e a mesma sensação de Ponge. Manoel de Barros se me escapa. Quero tê-lo entre os dedos do conceito – essa “noite escura” dos conceitos, como definiu Hegel –, detê-lo nas grades da Teoria – essa muleta de que não podemos nos desfazer – contê-lo nas redes da crítica – essa metáfora da leitura, segundo Paul de Man –, mas ele se esquiva. Claro que é mais fácil cair no sempre oscilante juízo de gosto, e afirmar que gosto ou que não gosto. E assim encerrar o diálogo com o argumento de que de *gustibus non est disputandum*. Ocorre que, na mesma proporção em que Manoel de Barros – quero dizer, o poeta, não a pessoa, o fazendeiro, ou o amigo – se esquiva e escapa como água (coisa que, aliás, ele conhece bem, por ser anfíbio), sou instado a não esquivar-me, a exercer a crítica do juízo de gosto. Então, que assim seja. E que o meu juízo possa ser tão fino quanto a areia, para que, tão logo as palavras aqui escritas sejam lidas, o leitor possa ficar com as mãos vazias, e com a mesma sensação que teve Ponge com a água, em sua obra *Le parti pris des choses*, embora essa, ao contrário da areia, “deixe em [s]ua mente e no papel traços, manchas informes”. Aí, espero, estará em companhia de Manoel de Barros.

Estar em companhia de Manoel de Barros ficou mais fácil com a edição luxuosa de sua *Poesia completa*, com a reunião de seus três volumes de *Memórias inventadas* e do conjunto das entrevistas por escrito em Manoel de Barros (Coleção Encontros). Essas últimas, como procurei mostrar na apresentação, constituem uma espécie de “poética” de Manoel de Barros, ao mesmo tempo que foram uma espécie de oficina, em que Manoel exercitava a comunhão entre a atividade reflexiva sobre o seu fazer e o próprio fazer. Atestam-no, hoje, lendo a *Poesia completa* e as entrevistas, o aproveitamento de frases e de poemas que apareceram nas entrevistas (como o subtítulo “Desenhos de uma voz”, ou o poema proustiano “O pêssego”, que aparece primeiro numa entrevista concedida a Martha Barros, e depois em *Poemas rupestres*).

Mas não há nisso nenhuma novidade para quem conhece Manoel. Há muito Manoel constrói sua obra com o mesmo barro, num processo que a Teoria chamaria de autotextualidade. Manoel se repete. “Repetir é um dom do estilo.” É desses artistas que encontraram uma matriz, um tema, e o repetem infinitamente, com variações. Por isso não é de se estranhar que em seus últimos livros Manoel volte cada vez mais aos primeiros. É o caso, entre inúmeros, da partida de futebol contada no livro de 1937, recontada no poema “Cabeludinho”, sessenta anos depois!

Manoel de Barros se repete como um Bach. Como um córrego. Vareia o dizer apenas nas suas curvas, e nas pedras que encontra no seu curso. Daí a dificuldade que tem o crítico: para discorrer sobre ele, tem que deter o seu curso, retesá-lo num dique de conceitos. E mesmo assim, ele escapa, rindo-se atrás do seu avesso: “O meu avesso é mais visível do que um poste.” Essa frase, aliás, também se repete (antes em *Livro sobre nada*, agora em “Um olhar”, de *Memórias inventadas*). Mas se lá ela é um fragmento boiando no nada, aqui ela recebe uma iluminura narrativa, quicá um tanto quanto explicativa, a princípio, mas que se desdobra em outras e interessantes confissões. Pois se trata aí de um encontro amoroso – lembrado na ótica de memórias sempre “inventadas”. Mas, posto que “inventado”, não será menos real, ou menos verdadeiro, já que o poeta afirma na entrada do livro: “Tudo o que não invento é falso” (outra frase repetida). Todavia, olhando de perto essa “namorada”, o leitor desconfia, pois ela parece um encontro entre o poeta e seu duplo: “A moça me contou certa vez que tinha encontros diários com as suas contradições [...]”. Também ela quis trocar por duas andorinhas os urubus que avoavam no Ocaso de seu avô.”

Estamos aqui num terreno conhecido, dentro do mínimo de procedimentos do poeta. De seus truques (penso em Méliès e seus truques, fonte de toda a poesia do cinema). Falar do outro, seja uma pessoa ou uma coisa, é a melhor forma de falar de si. Assim como fala da namorada, Manoel fala de Bernardo – embora Bernardo e a namorada tenham (tido) existência concreta. Assim como fala de Mário-Pega-Sapo ou de Bugrinha, assim como fala de Rômulo Quiroga – o pintor de paredes – ou de Pote-Cru. Assim como fala de uma lesma ou de uma rã. De uma borboleta ou de uma parede. De uma lagartixa ou de Beethoven. Manoel está sempre se repetindo, sempre falando de si ao falar dos outros e das coisas, como escreve João Cabral de Melo Neto, em seu poema “Dúvidas apócrifas de Marianne Moore”:

“Sempre evitei falar de mim, / falar-me. Quis falar de coisas. / Mas na seleção dessas coisas / não haverá um falar de mim?”

Isso inclusive vem explicado em letras garrafais (a expressão me parece bastante adequada) no *Livro sobre nada: OS OUTROS: O MELHOR DE MIM SOU ELES*. A concordância aberrante (o certo é que o verbo ser concordasse com o sujeito “eles”, “eles são o melhor de mim”) lembra o “Je est un autre” de Arthur Rimbaud, e cria uma ambiguidade semântico-sintática (uma anfibologia) entre sujeito e predicado, ou melhor, entre o sujeito (“eles”) e o complemento nominal do predicado (“de mim”). Esse tipo de ambiguidade torna a língua algo de movente e de movediço, aproxima-a de uma característica dos líquidos, que é a sua capacidade de rearticular infinitamente suas moléculas, adotando a forma de seu recipiente, ou seja, renunciando a uma forma específica, “ela se descompõe incessantemente, renuncia a cada instante a toda forma”, como afirma Ponge.

Nesse falar de si falando dos outros, encontramos um pouco de Proust e um pouco de Pessoa, e um pouco de Rimbaud. A diferença está na qualidade transitiva desse “outrar-se” manuelino. Proust criou uma miríade de personagens que ora se aproximam ora se afastam de sua autêntica persona, que só se revela ao leitor nas últimas páginas da *Recherche*. Pessoa dramatizou ao extremo seus duplos e seus fantasmas, a ponto de inventar-lhes não apenas biografias, mas dicções e maneiras de pensar autóctones. Rimbaud encontrou na despersonalização uma nova maneira de ver as coisas. O outrar-se de Manoel é transitivo às coisas. Manoel pode outrar-se assim nas coisas e nos bichos, o que lhe permite uma posição peculiar, senão única.

Há dois modos dessa transitividade: a fábula e algo que podemos chamar de autofábula. A fábula

segue a grande tradição de poetas da natureza, à qual Manoel se filia, e que conta com nomes como Esopo, Fedro, Leonardo da Vinci (excelente fabulista, pouco conhecido como tal) e La Fontaine, entre os clássicos; e, entre os modernos, uma Marianne Moore (tradutora de La Fontaine) ou um João Cabral (ver, deste último, um texto como “O Rio” ou “O avelós”). A fábula (palavra cuja etimologia se liga tanto à “fala” quanto à “infância”) consiste no mais das vezes num procedimento de antropomorfização de animais, com finalidade didático-moral, o que aproxima o gênero dos apólogos, provérbios e parábolas. Em Manoel de Barros, esse tipo de fábula percorre toda a obra. Um dos casos recentes é a história do caranguejo em “Se achante”, que, tomado pela soberba, começa a achar-se muito importante por estar num coche de princesa, mas acaba caindo e vê-se obrigado a voltar ao mangue. Entre os fabulistas modernos, como Ponge ou Cabral, e o próprio Manoel, a fábula não é necessariamente narrativa, pode realizar-se no texto descritivo (conforme o poema “O engradado”, de Ponge, ou “O mar e o canavial”, de Cabral). Também encontramos muitas dessas fábulas em Manoel de Barros. Algumas misturam o enunciado gnômico, típico dos fabulistas, ao enunciado cômico (“Formigas carregadeiras entram em casa de bunda”), e daí retiram a sua graça. Outras associam o Witz a imagens epifânicas, como nesta bela fábula-haikai da obra *Tratado geral das grandezas do ínfimo*:

*O corpo do rio prateia
Quando a lua
Se abre*

A autofábula é uma fábula de si mesmo, trama autobiográfica disfarçada de retrato alheio ou descrição de coisas, que remete mais ao sujeito da enunciação que ao enunciado, ou então, que põe em cena um aspecto da enunciação através de um enunciado em forma de fábula. Um caso famoso é o de Bernardo, mas também o da lesma de *O guardador de águas*:

*Em passar sua vaginula sobre as pobres coisas do chão,
a lesma deixa risauinhos líquidos...
A lesma influi muito no meu desejo de gosmar sobre as
palavras
Neste coito com as letras!
Na áspera segura de uma pedra a lesma esfrega-se
Na avidéz do deserto que é a vida de uma pedra a lesma
escorre...
Ela fode a pedra
Ela precisa desse deserto para viver.*

Muitas vezes a fábula e a autofábula aparecem na forma de enigma, outra antiga forma retórica. Como nesta sequência de enigmas de *Matéria de poesia*:

*- O que é o que é?
(como nas adivinas populares)*

*[...]
Camaleão que finge que é ele.
Rio de versos turvos.*

*É lido em borboletas como o sol.
Se obtem para o voo dos detritos.
Cobre vasta extensão de si mesmo com nada.
Minhocal de pessoas, deserto de muitos eus.*

Outras vezes o que prepondera é o fragmento, essa outra forma antiga, que ganha na modernidade, com os irmãos Schlegel e Novalis, o estatuto de forma essencial à modernidade. Num dos fragmentos iniciais da *Athenäum*, Friedrich Schlegel advertia: “*Viele Werke der Alten sind Fragmente geworden. Viele der Neuern sind es gleich bei der Entstehung* [Muitas obras dos antigos se tornaram fragmentos. Muitas obras dos modernos já nasceram assim].” E depois, define o fragmento nessa bela fábula fragmentária: “*Ein Fragment muss gleich einem kleinen Kunstwerke von der umgebenden Welt ganz abgesondert und in sich selbst vollendet sein wie ein*

Ige! [Um fragmento deve ser como uma pequena obra de arte totalmente isolada do mundo circundante e completo em si mesmo como um ouriço].” Assim são os fragmentos manoelinos, numerados e separados como os do “Caderno de apontamentos” de *Concerto a céu aberto* para solos de ave. Um dos mais belos, e sobre o qual já comentei alhures, é fragmento 5 de “A arte de infantilizar as formigas” (em *Livro sobre nada*): “O menino de ontem me plange.” Tocamos aqui numa fronteira entre a fábula (autofábula) e o fragmento, no qual o poeta se retrata hoje (velho) a partir do menino que foi (o planger pode significar o tocar de um sino ou o chorar). Algumas vezes os fragmentos vêm reunidos em blocos, que trazem em sua estrutura uma série de fragmentos, como se fossem pedras de coral cheias de ouriços, como ocorre em *O livro das ignorâncias* (na segunda parte, “Os deslimites da palavra”). Em alguns deles, inclusive, o fragmento é tema da fragmentação interna do sujeito, e se expressa também na pontuação, que indica materialmente o caráter fragmentário do texto:

*Nuvens me cruzam de arribação.
Tenho uma dor de concha extraviada.
Uma dor de pedaços que não voltam.
Eu sou muitas pessoas destroçadas.
.....
.....*

Enfim, vale lembrar que, além da fábula, dos chistes, dos enigmas e dos fragmentos, Manoel compartilha com o universo dos índios do Mato Grosso (e com Mário de Andrade e com a etnografia moderna, de Lévy-Strauss sobretudo) uma série de mitos, e adota muitas vezes um estilo que se não apenas transcreve e parafraseia esses mitos em várias ocasiões, mas se vale de seu modo próprio de arranjo e trama:

*A menina apareceu grávida de um gavião.
Veio falou para a mãe: O gavião me desmoçou.
A mãe disse: você vai parir uma árvore para*

*A gente comer goiaba nela.
E comeram goiaba.
Naquele tempo de dantes não havia limites
para ser.*

O caráter transitivo da poesia de Manoel de Barros exprime sobretudo uma forma autêntica e renovadora de comunhão com as coisas. Nisso está a base de sua ecologia poética, de sua visão “fontana”, que o situa também num lugar único na poesia brasileira, e o transforma numa das fontes para se pensar o novo milênio. Seria um erro associar Manoel de Barros a uma “visão” ecológica pelo simples fato de que ele fala de caramujos, de árvores e de passarinhos. Por isso ele não gosta da alcunha de “poeta do Pantanal”. Como (grande) poeta que é, Manoel tem consciência de que visões precisam se manifestar materialmente em imagens e sons, em frases. Por isso, mais do que um poeta preocupado com a linguagem da natureza, interessa-lhe antes pensar a natureza da linguagem.

Por outro lado, a ecologia poética de Manoel se concilia a essa transitividade comungante de quem, ao mesmo tempo que afirma querer “cristianizar as águas”, é tomado por aquilo que fala, a ponto de sofrer mutações na sua dicção a partir daquilo que as coisas mesmas lhe impõem:

- 1. Uma rã me pedra. (A rã me corrompeu para pedra. Retirou meus limites de ser humano e me ampliou para coisa. A rã se tornou o sujeito pessoal da frase e me largou no chão a criar musgos para tapetes de insetos e de frades.)*
- 2. Um passarinho me árvore. (O passarinho me transgrediu para árvore deixou-me aos ventos e às chuvas. Ele mesmo me bosteia de dia e me desperta nas manhãs.)*

A ecologia poética também opera com as diversas figuras da inversão. Em um artigo recente, procurei mostrar que a inversão é a ferramenta-mestra de Manoel de Barros. Lembrava que a inversão era, aliás, a mãe das figuras da linguagem (metáfora, metonímia, litote etc.) Na inversão, ou linguagem figurada, os termos se substituem. O crepúsculo pode ser uma bomba detonada por cigarra, a tarde pode ser um encosto para passarinhos, uma enseada pode ser uma cobra de vidro, como na obra *O livro das ignoranças*. A inversão da linguagem comunicativa em linguagem figurada (que também comunica) consiste em fazer a linguagem voltar ao seu estado de imagem, ao seu estado primitivo. As imagens (figuras) não apenas estão mais perto da infância, mas estão mais perto dos sentidos, ao passo que a linguagem, através da gramática, sobretudo, busca a ordenação lógica – o logos que cifra a *physis*. Por isso, poetas como Manoel de Barros buscam voltar à linguagem dos sentidos, que é uma linguagem não intelectual (mas não menos inteligente!), que é uma língua de imagens. O papel da imaginação e da imagem são primordiais na poesia de Manoel de Barros. Em *Ensaios fotográficos*, Manoel desenvolve uma teoria da imagem baseada na ideia de que a poesia é capaz de fotografar as coisas através da imaginação. Através desse “aparelho”, torna-se possível fotografar coisas como “o silêncio”, “o perfume do jasmim”, a “existência de uma lesma”, “o perdão no olho de um mendigo”.

Faz parte também da ecologia poética de Manoel de Barros o ato de recolher detritos, trazer para a poesia, “tudo aquilo que a nossa/civilização rejeita, pisa e mija em cima”. A prática poética de Manoel é a de recolher fragmentos dessa civilização e compor com ela (e contra ela) uma obra esfacelada e fragmentária, capaz de “arejar a linguagem” para assim talvez arejar as relações do homem com o seu mundo. Ao contrário de um João Cabral, que construía seus livros de forma “vertebrada”, em que cada uma das

partes se integrava harmônica e matematicamente à outra, a obra de Manoel se assemelha a uma Wunderkammer (ou Gabinete de Maravilhas). Sua poética não é a da construção, mas a da acumulação. Manoel é mais um *bricoleur* do que um construtor ou engenheiro (como é João Cabral). A imagem do *bricoleur* é, aliás, fundamental para se entender o universo manoelino. Ela deriva de Lévi-Strauss, que, em *La pensée sauvage*, opõe o *bricoleur*, que opera por acumulação de cacos e ruínas, ao especialista e ao técnico, que, como o demiurgo grego, cria o mundo a partir de uma ideia, através de uma estrutura racional e lógica. O *bricoleur* entra em lugares desconhecidos, cria associações inusitadas entre as coisas. O *bricoleur* pode adivinhar. Manoel de Barros insiste na etimologia dessa palavra:

*Em poesia, a razão não está com nada, a insensatez funciona melhor. Por trás da criação não está a teoria, mas a minha vivência. Expresso-me especialmente pela forma de dizer. Assunto é coisa banal. Roland Barthes dizia que o que se sabe hoje do homem, Cristo já sabia e dizia melhor que nós: suas palavras carregavam a eternidade. Não tenho nenhuma intenção de ser um filósofo. Tenho muito gosto é pela maneira de dizer. Meu gozar é no fazer verso. Sou um homem de idade, tenho uma sabedoria que a idade me deu. Posso julgar de uma maneira pessoal, e não pela leitura. O homem vai ficando velho e sábio. Adivinhar vem do verbo latino *divinare*, que guarda semelhança com o divino.*

Creio que Manoel de Barros é um dos poucos escritores do nosso tempo capaz de encontrar algum tipo de resposta para um esvaziamento do sentido da transcendência, sobretudo quando até mesmo a literatura e a arte parecem recorrer à brutalidade, à destruição, à violência, em um realismo grotesco. Por ocasião dos oitenta anos, Manoel de Barros

publicou uma declaração sobre isso: “O que mais me espanta no mundo de hoje não é a crueldade. É a inocência.” Ao longo de mais de sessenta anos dedicados à poesia, Manoel de Barros manteve um amor profundo com a língua portuguesa. Ao mesmo tempo, ensinou a amar as coisas mais ínfimas, pois para o poeta tudo é objeto de amor – o poeta não é “quem diz eu-te-amo para todas as coisas?”. Creio que essa pode ser uma das lições mais importantes da fábula manoelina. Se não amarmos as coisas, só podemos usá-las, manuseá-las, manipulá-las até jogá-las fora. Se a nossa relação com o mundo continuar a ser essa, consumir e descartar, mais cedo ou mais tarde teremos contas a prestar com forças mais terríveis do que sonha a nossa vã filosofia. Por isso, creio que Manoel tem razão em pensar que “o cu de uma formiga é mais importante para o poeta do que uma usina nuclear”, e que por isso mesmo faz bem ler a sua poesia neste milênio, pois é para este milênio que ela se dirige de modo afirmativo e humilde. Como a água, de Ponge, em sua obra *De l’eau*: “Ela recusa-se a tomar forma, e apenas tende a se humilhar, deita-se de barriga sobre o chão, quase cadáver, como os monges de certas ordens. Sempre mais baixo: tal parece ser seu lema: o contrário de Excelsior.” ●

ADALBERTO MÜLLER é doutor em Letras pela Universidade de São Paulo (USP) e professor de Teoria da Literatura e de Literatura e Cinema na Universidade Federal Fluminense (UFF).

DE VERDADE

LUISA GEISLER

contos de mentira

vencedor do prêmio SESC de Literatura 2010 | contos



Contos de mentira esconde atrás do nome singelo uma coletânea etnograficamente multifacetada e elíptica. A perícia de um contista pode ser medida pelo que consegue fazer com a palavra (e também com o enredo), e Luisa Geisler não decepciona: não lhe falta técnica e tampouco domínio das metáforas e vocabulário. E se a palavra mentira já aparece no título do livro, é com as verdades da vida que os personagens de Luisa deparam-se, pois “a verdade não é necessariamente o contrário da ficção, e quando optamos pela prática da ficção não o fazemos com o propósito obscuro de tergiversar a verdade”, como já afirmou Juan

José Saer, em seu *El concepto de ficción*.

Os 17 contos são curtos e afiados, e os temas flutuam e dançam e passeiam pelos personagens, e cada história aqui tem sua própria verdade. Mas de quantas mentiras se faz uma verdade? “Escrever a história e escrever histórias pertencem a um mesmo regime de verdade”, já disse Jacques Rancière.

Por exemplo, em “O vinco”, um dos melhores contos do livro, dois jovens escondem seus segredos na dobra de origamis que constroem e presenteiam. Mas esses segredos são justamente a verdade (como todo segredo). Ou então em “Mar”, quando o oceano e a praia servem como uma bela metáfora de uma relação maternal, mas ao mesmo tempo como um ponto de divergência entre mãe (que esconde a verdade para agradar) e filha. Mentira *versus* verdade também rendem boas discussões em “White Lies”, onde aspirantes a escritores descobrem o peso das palavras e do silêncio, num final de semana ensolarado à beira-mar.

E quando um personagem enfrenta sua própria verdade? O que acontece? No conto “Apenas este réquiem para tantas memórias” a identidade é questionada, pois Thomas já não sabe se está indo ou vindo, e o cartão de memória da máquina fotográfica pauta a memória dele. E quando os outros usam a verdade como arma, ameaça? Em “O moço e o velho” os três filhos do velho Carlos o encurralam para que o problemático pai se convença a ir para um asilo. Mas em “A laranjeira”, o bar do Fausto é a estrada para a perdição, onde dois homens em situações limite só têm um caminho, e a verdade de cada um tenta se impor (mas duas verdades simultâneas só podem acabar em morte).

Existe verdade em família? Não, a mentira é um pressuposto para a existência da família, já que nenhuma família aguentaria uma sessão ininterrupta de verdades. Em “Ovelha branca”, o rancor familiar ganha contornos macabros, quando dois irmãos, muito diferentes, tem de se aturar, e o clássico duelo suburbano x descolado se instaura. Já em “Leão” é possível perceber que a crueldade não tem idade, já que a pequena Mia escolhe contrariar sempre a mãe, em busca de atenção, numa pequena história sobre os prazeres desmedidos da infância. Mas em “Coríntios

l” o egoísmo da esposa diante do marido é certo. E o pedido, no final e no começo do conto (de que não a julguem por não querer ter filhos) é uma forma de revolta velada, de liberdade. Mas independência quer mesmo Estevão, que em “De jeitos diferentes” oscila entre a esposa e amante, mas quem disse que não há uma terceira via? Em “Belas, mulheres”, mãe e filha também pensam em outro caminho, enquanto discutem suas diferenças e se preparam para o casamento da outra filha.

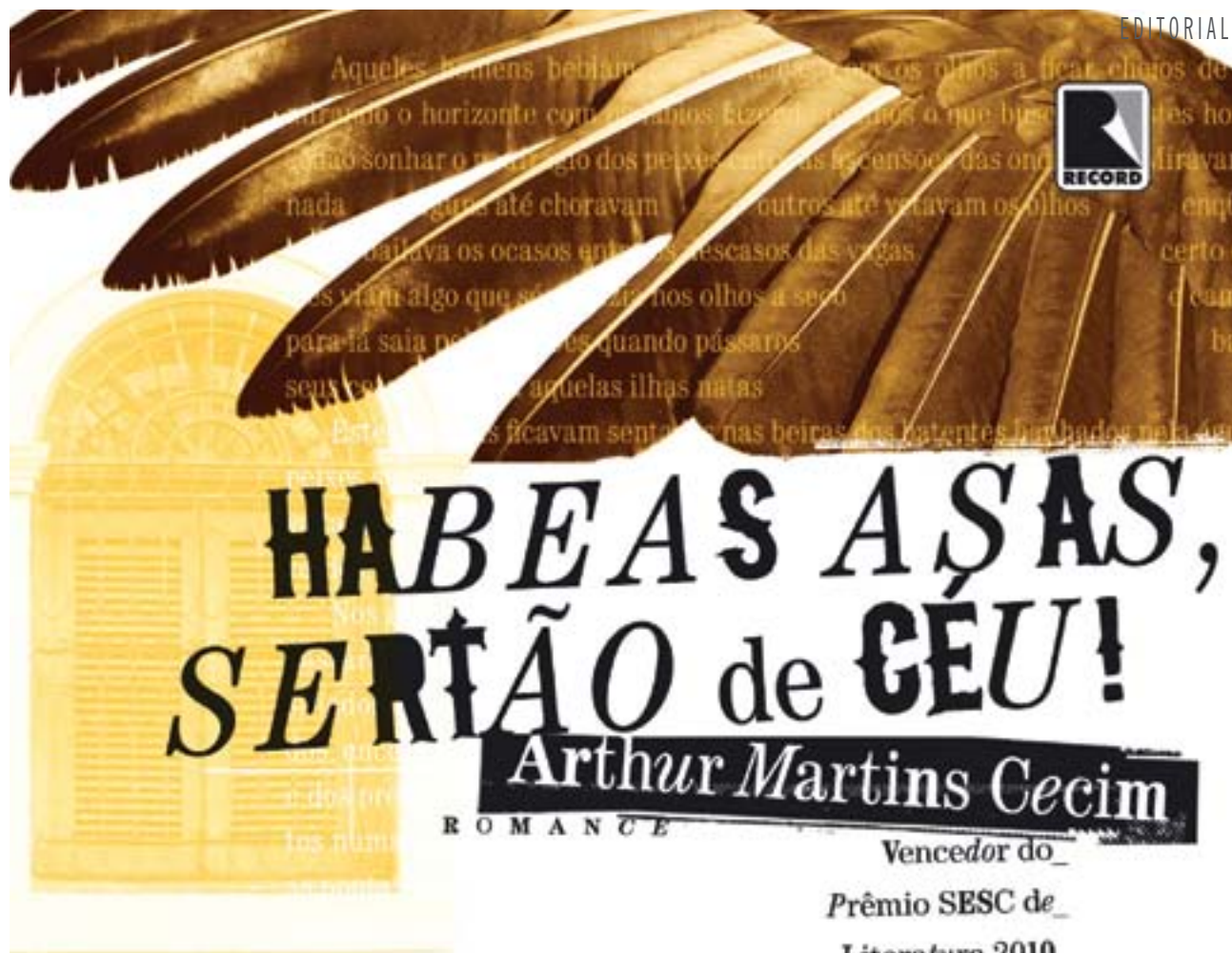
Mas e quando as verdades se encontram com os ritos de passagem? Quando os jovens ainda não sabem que a verdade é uma lâmina que machuca, e muito? Em “Uma coisa que eu tenho guardada há muito tempo”, um jovem casal que namora há poucas semanas sente o peso que as palavras e os compromissos podem ter sobre a vida. Nem mesmo a insustentável leveza de uma folha dançando no ar pode apagar um “eu te amo” dito na hora errada. As palavras também têm força em “Casaco de lã, raio de sol, cheiro a jasmim e porre de vodka”, quando uma jovem passa seus dias oscilando entre a vodka e o uísque, e faz de sua vida uma dança, onde cada dose pede uma peça de roupa: “Um dia, experimente a nudez.” E ainda mais em “De Bowie”,

num passeio de carro ao som de David Bowie e Seu Jorge, que evoca lembranças e desejos nos amigos Nicolas e Marcela, que concordam que “todo namoro acaba com uma música ou outra”. Já as desventuras de uma jovem no vestibular, em “ESPM”, e o inusitado passeio de uma garota, em “Parque de diversões” mostram que pequenas decisões levam a grandes caminhos, para além do bem e do mal.

O grande mérito de *Contos de mentira* é justamente o conjunto, a galeria inesquecível de personagens que sulca nossa memória, e nos faz notar que literatura se faz sobretudo com fôlego, com verdade, com todas as partes do corpo. Embora se perceba (sem precisar ler a biografia), pela linguagem e por alguns dos temas e seus tratamentos, que se trata de uma jovem escritora (e gaúcha), também percebo que é uma escritora de futuro, uma escritora de verdade. ●

CARLOS HENRIQUE SCHROEDER

é contista e romancista. Autor de nove livros, dentre eles, *A rosa verde*, *Ensaio do vazio* e *As certezas e as palavras*, vencedor do Prêmio Clarice Lispector 2010. Foi um dos contemplados com a Bolsa Funarte de Criação Literária 2010.



cheios de ouro
em estes homens

VOO EXISTENCIAL

Urubus que conversam sobre questões existenciais. Personagens “humanos” que endossam o diálogo dos pássaros. Sertão sob outras leituras. Céu e terra. Sagrado e profano. Físico e metafísico. São os elementos, o cenário e os conceitos que constroem a narrativa do romance *Habeas asas, sertão de céu!*, do escritor Arthur Martins Cecim.

A obra venceu a edição de 2010 do Prêmio SESC de Literatura, na categoria romance, será publicada pela editora Record, e marca a estreia do autor.

O livro sobrevoa certames existenciais. A narrativa estabelece conexões entre os planos físico e metafísico. O que em princípio poderia dar a impressão de percurso filosófico logo se desfaz com uma escrita ágil, cheia de metáforas e de sonoridades.

Nada de uma história linear, tampouco separada por capítulos, do começo ao fim a narrativa é pura prosa poética. Períodos longos, outras vezes concisos, deixam de lado o respiro que traz a vírgula, o ponto e vírgula e o ponto final; características que dão estilo e ritmo ao texto. E, se lido em voz

alta, vira declamação. Ainda no caminho estético, das figuras de linguagem – utilizadas sem economia pelo autor –, a aliteração parece ter caído nas graças de Arthur Martins Cecim. O uso veemente do recurso deu movimento ao texto e acentuou o tom poético da narrativa.

Sobre os personagens, Tear das Vilas e Precipício são os urubus que protagonizam a história.

O primeiro tem personalidade forte, é sábio, é visionário e arrisco a dizer: um profeta! Conhece profundamente o céu, a terra, o sertão. Devaneia sobre a existência, o mundo e o universo. Já Precipício é um pássaro comedido, tímido, ou melhor: inocente. Ele gosta de ouvir os ensinamentos de Tear das Vilas. O diálogo entre os dois é expressivamente marcado por nostalgia; saudades de outras terras, de outros sertões. Ao leitor, vale uma canja: “Escuta pequeno Precipício. Como é dali que tu viestes. Daqueles hemisférios de terras solitárias. Se aquilo é uma vila, uma paragem, ou uma Província. Como nós chamamos e como nos chamamos. Isto está escrito nas tuas asas. As quais têm a forma das formas. As formas do mundo. Ouças de onde provêm tuas dinastias que provam o

mundo. Ouças da origem do teu sertão. Teu sertão de céu.”

Entre os humanos da narrativa estão Alamabo e Dolores, dois amigos. Alamabo, sempre à sacada de seu palácio, entre um cálice e outro, “serena sobre as coisas”. Os dois ficam a observar as idas e vindas dos pássaros; se expressam em nome deles; seus pensamentos acompanham o devaneio dos urubus.

A atmosfera da história é o sertão. Sertão que transpõe as interpretações corriqueiras e prováveis: geografia árida, escassa de alimentos, povo sofrido e privado de dignidade. O autor de *Habeas asas, sertão de céu!* registra também esse sertão, semelhante ao de Guimarães Rosa no romance *Grande sertão: veredas*, publicado em 1956.

Arthur Martins Cecim tece um novo sentido para tal atmosfera transpondo-a para um estado de espírito, uma dimensão existencial da condição humana na terra. ●

MÁRCIO NORBERTO é jornalista, produtor cultural e coordenador dos programas de literatura e de cinema do SESC Paraná, em Curitiba.

BIBLIOTECAS: DEMOCRATIZAÇÃO E SEGREGAÇÃO HISTÓRICA DO CONHECIMENTO

Emir José Suaiden

Historicamente as bibliotecas nasceram com funções muito nobres. Nos Estados Unidos, por exemplo, elas foram estabelecidas para preservar a democracia, e em muitos outros países simbolizam mudanças sociais importantes. Em algumas regiões, a biblioteca está incorporada à paisagem local, assim como a igreja e a escola. Há muitos exemplos de bibliotecas que se tornaram um meio natural de inclusão social nessas regiões. Um bom exemplo disso é a Biblioteca Pública de Nova Iorque (New York Public Library), que logrou êxito em seu objetivo de facilitar a vida dos imigrantes naquela grande cidade. Facilitar a vida significa favorecer o processo de cidadania e fortalecer a geração de emprego e renda.

Diversos estudos sobre o papel das bibliotecas no período colonial, na Primeira República e no século passado, apontam para as dificuldades enfrentadas para implantar bibliotecas em todo o país, e as que foram implantadas, em sua maioria, não tinham localização adequada, não eram unidades orçamentárias e o acervo era formado por doações de livros, o que impedia a sua melhor formação. Realmente as bibliotecas não faziam parte das agendas das autoridades locais.

Já nos anos 1920 e 1930, com a Semana de Arte Moderna e com o advento do Ciclo Vargas, duas grandes iniciativas melhoraram a perspectiva para as bibliotecas brasileiras. A primeira foi a construção da Biblioteca Municipal Mario de Andrade, em São Paulo, pela primeira vez se via no país uma biblioteca construída nos padrões modernos e ocupando um espaço adequado na grande metrópole. A segunda foi a criação do Instituto Nacional do Livro, com o objetivo de implantar bibliotecas públicas nos municípios brasileiros e facilitar a implantação da indústria editorial brasileira.

Na década de 1960, surge a Lei do Bibliotecário e começa um processo de ditaduras militares na América Latina, com uma forte censura principalmente para as obras de Karl Marx, Che Guevara e dos autores e intelectuais contrários ao regime de exceção. Nessas etapas, infelizmente, a biblioteca desempenha um triste papel de segregação, pois a edição, a produção e a difusão dos livros são controladas pelo Estado. Nesse período, surgem dois grandes livros, *A revolução do livro*, de Robert Escarpit, e *A fome de ler*, de Ronald Barker em coautoria com Escarpit, demonstrando a importância do livro e da biblioteca no processo de inclusão social.

Por um longo tempo, considerou-se que o objetivo principal de uma biblioteca era o de preservar a sua coleção, o que dificultou a circulação e a disseminação dos livros. De acordo com Simona Bandino, em sua obra *El público y la biblioteca*, esse entendimento promoveu a criação de bibliotecas “inúteis” e a consequente necessidade de se redefinirem os seus objetivos, a fim de se tornarem bibliotecas de circulação e não apenas locais de conservação. Quando uma biblioteca abria suas portas para o público, ela tornava-se um ponto focal, um centro de referência para a comunidade na qual ela estava situada e, portanto, facilitava o acesso aos livros, e a introdução à leitura no cotidiano das pessoas, e a consequente formação de mão de obra especializada. As bibliotecas precisam ter compromisso com o mundo externo e assumir os seus papéis no que se refere a educação, ensino, treinamento e disseminação dos recursos culturais de um país.

Dois grandes indicadores serviram para marcar a presença das bibliotecas na sociedade industrial: poder aquisitivo e nível educacional.

Na verdade, a falta de biblioteca escolar no processo ensino-aprendizagem rendeu um alto custo para o Brasil. Até hoje encontramos alunos do ensino médio, prestes a entrar para o ensino superior, que sabem ler mas não sabem interpretar o texto escrito. A pesquisa ainda é realizada pelo processo de cópia de dicionários e enciclopédias ou de textos da internet. Além disso, na falta de biblioteca escolar, os alunos

utilizavam a biblioteca pública ocorrendo então o fenômeno de sua escolarização. Pública somente no nome, pois a prioridade do acervo era o livro didático, o que prejudicava o atendimento a outros segmentos da comunidade. Isso tem prejudicado o rendimento do Brasil nos indicadores educacionais internacionais, com reflexo na qualidade dos pesquisadores e na produção de patentes.

A leitura deve ser vista como um processo de cidadania.

Dois grandes indicadores serviram para marcar a presença das bibliotecas na sociedade industrial: poder aquisitivo e nível educacional. Isso representa que houve mais segregação do que democracia no acesso à informação e ao conhecimento. Pois outros países conseguiram levar o livro e a biblioteca às classes menos favorecidas, como está claro na obra de Matthew Battles, *A conturbada história das bibliotecas*: “O leitor do gueto é psicologicamente aleijado. Seu maior desejo é escapar. Todas as suas inquietações foram reduzidas a um mínimo – sobreviver. Apenas duas coisas são possíveis: ler, para se embriagar, e parar de pensar, ou, pelo contrário, ler para meditar, tomando interesse por destinos semelhantes, fazendo analogias e tirando conclusões. Com frequência, o leitor gosta de usar o livro como um espelho, no qual vê refletida sua situação e as condições circundantes. Analogias: observei que uma pessoa faminta lê vorazmente a respeito da fome, enquanto uma pessoa alimentada não consegue suportar esse tipo de leitura. Aqui, nas condições do gueto, em certo extrato da intelectualidade socialmente madura, a leitura de L.N. Tolstói (em todas as línguas disponíveis) – e em especial de sua obra monumental *Guerra e paz* – ocupa o primeiro lugar nas preferências.” Na França

e na Espanha, é comum a leitura de livros e jornais pelos mendigos que vivem embaixo dos túneis.

A leitura deve ser vista como um processo de cidadania. Na Espanha, a maioria dos alunos do segundo grau já leu Miguel de Cervantes, na Argentina, o mesmo em relação a Jorge Luis Borges. No Brasil, muitos estudantes ingressam no ensino superior sem conhecer a monumental obra de Machado de Assis intitulada *Dom Casmurro*.

Com o advento da internet, o mundo assistiu uma explosão informacional jamais vista.

Na verdade, o modelo de biblioteca adotado no Brasil foi sempre um modelo reflexo, baseado na realidade de países desenvolvidos e que nada tinha a ver com a realidade brasileira. A própria implantação de bibliotecas foi dependente de uma decisão governamental e não das necessidades e das aspirações da comunidade, portanto um modelo de cima para baixo. As compras governamentais sempre privilegiaram o livro didático em detrimento da literatura infantil e juvenil, que são vitais para a formação de um público leitor. No processo de formação do leitor, a escola e a família são os grandes responsáveis. Nos Estados Unidos, pesquisa das universidades de Nevada e da Califórnia constatou que quanto mais livros há em uma casa, mais anos de escolaridade atingirão as crianças que a habitam. O nível cultural e de escolaridade dos pais também influenciam, porém menos do que a disponibilidade de livros no lar pois, além de serem úteis no aprendizado escolar, ampliam o vocabulário e a imaginação, o conhecimento de história e geografia e a capacidade de refletir e argumentar.

NOVOS DESAFIOS

Os tempos mudaram. O advento da sociedade da informação, a globalização e a revolução tecnológica criaram novas profissões, estimularam novas formas de interação social e, principalmente, criaram a informação em tempo real, a tecnologia trouxe a oportunidade de recuperar a memória do nosso patrimônio bibliográfico e documental. Essas mudanças atingiram toda a sociedade, e mais especificamente as instituições responsáveis pela formação do hábito de leitura, pela disseminação da informação e pela formação do usuário.

Alguns países, antes considerados em desenvolvimento, utilizaram-se da revolução tecnológica para dar um salto no processo de crescimento. Para isso, reformularam o sistema educacional e criaram infraestrutura de informação que abrange as bibliotecas infantil, escolar, pública, especializada e universitária. Caso interessante é da biblioteca universitária que, na sociedade industrial, sempre utilizou metodologias quantitativas (números de usuários, empréstimos, consultas domiciliares etc.). Hoje, a biblioteca universitária tem que favorecer e valorizar a pesquisa, o aumento da produção científica da comunidade e criar condições para a melhoria dos cursos de pós-graduação na avaliação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

Com o advento da internet, o mundo assistiu a uma explosão informacional jamais vista. Esse fato representa um novo desafio para as bibliotecas, pois cada vez mais se comprova que a falta de informação é um elemento atuante da exclusão na sociedade da informação, e o excesso de informação também produz exclusão. A falta e o excesso informacional podem levar à dependência informacional, por exemplo, o Brasil tem mais de 100 sites educacionais e o leitor, muitas vezes, não tem capacidade para avaliar o melhor site baseado na autoridade de quem

escreveu o tema e pela atualização da informação, ou pelo estudo comparativo de diversos autores sobre o tema da pesquisa. Muitas vezes é necessário reunir a pesquisa documental à pesquisa digital ou virtual.

Para vencer esses desafios, a biblioteca deve participar intensamente do movimento de livre acesso à informação e se estruturar nas metodologias de alfabetização informacional, competência informacional e mediação da informação, para favorecer a integração com a comunidade e fortalecer o capital social.

O MOVIMENTO DE LIVRE ACESSO À INFORMAÇÃO

O acesso livre à informação é voltado para a informação eletrônica, principalmente devido ao alto custo das assinaturas de periódicos, e é caracterizado pela noção de cidadania baseada em direitos e deveres, ou seja, se parte expressiva dos conteúdos publicados no Brasil tem a participação financeira do Estado, por meio das agências de fomento, dos prêmios literários, da Lei Rouanet e das editoras universitárias, é de supor que a publicação foi realizada com recursos do governo, portanto esses conteúdos devem fazer parte das bibliotecas e colocados sem nenhum tipo de ônus para leitores e usuários. Esse movimento teve início na Alemanha e depois se ramificou para diversos países desenvolvidos.

As contribuições de acesso aberto devem satisfazer duas condições: (1) o autor e o detentor dos direitos de tais contribuições concedem para todos os usuários o direito livre e gratuito, irrevogável e mundial de acessar a obra e licenciam a sua cópia, uso, distribuição, transmissão e disposição pública, e a elaboração e a distribuição de obras derivadas em qualquer meio digital para qualquer propósito responsável, sujeito à atribuição adequada de autoria (os padrões comunitários continuarão a prover os meios para o cumprimento da atribuição adequada

e responsável da obra publicada, como acontece agora), assim como o direito de fazer poucas cópias para o seu uso pessoal; (2) a versão completa do trabalho e de todos os materiais complementares, incluindo a cópia da permissão citada acima (e portanto publicada), é depositada em formato eletrônico padrão e em ao menos um repositório usando padrões técnicos adequados (tais como as definições do *Open Archive*), que é mantido por uma instituição acadêmica, sociedade científica, agência governamental ou outra instituição bem estabelecida, que busca permitir o acesso aberto, a distribuição irrestrita, a interoperabilidade e o arquivamento de longo prazo, conforme a *Declaração de Berlim sobre o acesso livre ao conhecimento nas ciências e humanidades* (*The Berlin declaration on open access to knowledge in the sciences and humanities*).

No Brasil, a ciência da informação, particularmente por meio da alfabetização informacional, tem contribuído fortemente para o êxito dos programas de inclusão digital que a utilizam.

Na verdade é um movimento que fortalece as bibliotecas para que elas possam organizar e disseminar coleções de excelência e formar o capital social comunitário.

AS BOAS PRÁTICAS

É possível perceber um marcante crescimento nos programas e projetos de inclusão digital e social no Brasil nos últimos anos. Parte pelo resultado do avanço tecnológico impulsionado pelo progresso da indústria da informática, e parte pelo

Inovação passa a ser a palavra de referência, uma vez que devemos inovar para proporcionar mais facilidades de acesso ao livro e às novas tecnologias.

desenvolvimento de metodologias, sistemas de avaliação e consolidação da ciência da informação na academia e nos institutos de pesquisa.

No Brasil, a ciência da informação, particularmente por meio da alfabetização informacional, tem contribuído fortemente para o êxito dos programas de inclusão digital que a utilizam. Nesse sentido, colocaremos como exemplo dois projetos que estão focados nos seus fundamentos interdisciplinares.

O primeiro é a Escola Digital Integrada (EDI), resultado de uma pesquisa de doutorado defendida na Universidade de Brasília. Essa pesquisa foi transformada em lei pelo governo do Distrito Federal, vencedora de um prêmio nacional de inclusão digital e deu origem a uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP).

Trata-se de uma metodologia de mediação da informação que utiliza a aprendizagem informacional como base do seu desenvolvimento. A experiência-piloto da EDI foi implantada, em 2002, em uma escola pública do Distrito Federal, com 2.870 alunos, 150 professores e trinta funcionários, que atende os ensinos fundamental, médio e supletivo. Uma sala, com trinta computadores, conectados em banda larga, dois coordenadores e seis monitores, foi instalada no local. O projeto atendia a toda a comunidade escolar, embora tenham sido selecionados 44 dos 292 matriculados no primeiro ano do ensino médio para compor a turma experimental.

Esses alunos permaneciam na escola três vezes por semana, no contra-turno, e trabalhavam novos conteúdos como fontes de informação, tecnologia e sociedade, empreendedorismo, cidadania e identidade cultural, educação artística e oficina literária. O projeto atuou na melhoria da infraestrutura informacional da escola, fortalecendo e automatizando a biblioteca, reforçando a rádio comunitária existente de maneira incipiente e ampliando a videoteca.

Foi desenvolvido um sistema de avaliação para acompanhar e mensurar os resultados alcançados. Dentre os indicadores selecionados, um dos mais impactantes foi o percentual de alunos aprovados no primeiro vestibular. A média de aprovação da escola oscilava entre 3,5 e 4%; ao final do terceiro ano de trabalho o resultado foi surpreendente, 68,9% dos alunos participantes do projeto foram aprovados. Outros indicadores importantes foram a redução dos níveis de violência na escola, a melhora no relacionamento com a família, a qualidade dos textos produzidos, entre outros.

Atualmente a EDI está implantada em outros estados brasileiros, gerou um *software* educacional, um produto social, e tem servido de base para outros projetos de inclusão e a realização de pesquisas que resultaram em 17 dissertações e 12 teses sobre o tema. O seu êxito deve-se muito à utilização de metodologias como a etnográfica, à pesquisa e à alfabetização informacional.

Um segundo exemplo de boas práticas acontece com o Projeto Corredor Digital. Trata-se de uma iniciativa do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), órgão de pesquisa do Ministério da Ciência e Tecnologia. Esse projeto faz parte do Programa de Inclusão Social do instituto, que utiliza aprendizagem informacional como base para o desenvolvimento dos conteúdos e capacitações que realiza.

A primeira experiência foi a implantação do Corredor Digital Indígena, em 2007, em três aldeias da etnia Tukano no Alto Rio Negro, na Amazônia. Foram produzidos conteúdos impressos, um *software* e uma capacitação presencial de 12 professores indígenas das aldeias Balaio, Taracua e Paricachoeira, nas dependências do IBICT.

As boas práticas comprovam que a alfabetização informativa é tão importante quanto a alfabetização educacional.

A partir dessa experiência foi criado o Corredor Digital Rural, em parceria com a Secretaria de Educação do Distrito Federal, em 2008, onde foram implantados 18 laboratórios com dez máquinas cada, uma TV de plasma de 42 polegadas, *datashow*, móveis, e realizada a capacitação de 180 professores. Foram desenvolvidos ainda conteúdos e material específico, e o acompanhamento está sendo realizado por meio de comunidades de prática.

Dentro desse programa temos o Corredor Digital Urbano, cuja experiência primeira está acontecendo na Biblioteca Nacional de Brasília (BNB). Foi criado um espaço com dez equipamentos, mesas e cadeiras

para crianças menores de seis anos, livros infantis, uma videoteca e material para atividades de leitura. As escolas agendam sua participação e algumas delas têm sido muito proativas, desenvolvendo ações nos próprios endereços, com acompanhamento da equipe da BNB. Uma delas criou um jornalzinho mensal e a publicação *Livros digitais*, uma coletânea literária de um grupo de alunos da escola.

Inovação passa a ser a palavra de referência, uma vez que devemos inovar para proporcionar mais facilidades de acesso ao livro e às novas tecnologias. Tanto a informação bibliográfica como a informação digital e virtual podem proporcionar facilidades, antes desconhecidas, nas práticas de inclusão digital para a inclusão social. As novas gerações têm muita facilidade em trabalhar com a informação eletrônica, enquanto a terceira idade trabalha melhor com a informação documental. Cabe ao profissional da informação elaborar um diagnóstico sobre o estado da arte da sua comunidade e colocar em prática. Muitas vezes será necessário segmentar a comunidade para o avanço do processo de inclusão na sociedade da informação.

As boas práticas comprovam que a alfabetização informativa é tão importante quanto a alfabetização educacional. A busca da informação, se bem avaliada, é um processo que pode conduzir as populações marginalizadas para as questões da equidade social. ●

EMIR JOSÉ SUIADEN é doutor em Ciência da Informação pela Universidad Complutense de Madrid e diretor do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT).

A BIBLIOTECA DE ALEXANDRIA E OUTRAS BIBLIOTECAS

Álvaro Marins

Para o narrador de “A Biblioteca de Babel”, um conto de Jorge Luis Borges, incluso em seu livro *Ficções*, de 1944, o que comumente chamamos de biblioteca trata-se na verdade do outro nome do Universo. Nesse mesmo conto, ele afirma ainda que a biblioteca é interminável e que a biblioteca existe para sempre.

De fato, essa é uma sensação que pode ser bastante comum em qualquer pessoa que adentre uma biblioteca de grande porte. Nelas, encontramos diante de um mundo de volumes de todos os tipos de tamanhos, formas, cores e espessuras, abarcando os mais variados assuntos. Em ambientes como esse é possível termos uma visão de infinitude. E é provável que tenhamos mesmo a sensação de estarmos diante do imenso desconhecido — “Quantas coisas já foram escritas sobre as quais eu nada sei!”, diriam mentalmente muitos de nós. É provável também que este sentimento derive em outro — a curiosidade.

BREVE RELATO SOBRE ALEXANDRE, O GRANDE

Não é absurdo supor que os habitantes da Alexandria antiga possam ter tido sentimentos semelhantes diante da monumentalidade de sua biblioteca. Um local meio sagrado, meio misterioso, em que poucos tinham o privilégio de entrar.

É curiosa a história dessa biblioteca que, em grande medida, deve a sua fundação a um dos maiores conquistadores da Antiguidade. Quando conquistou o norte do Egito em sua luta contra os persas, Alexandre, o Grande, oriundo da Macedônia, fundou a cidade cujo nome o homenageia. Nove anos depois, um de seus generais, Ptolomeu I, fundou a dinastia ptolomaica. Ele e seu filho, Ptolomeu II, são considerados os fundadores da famosa biblioteca.

Alexandre da Macedônia já nasceu filho de um grande guerreiro. Seu pai, Filipe, conquistara uma enorme quantidade de povos e o pequeno desanimava-se com a ideia de que teria poucas condições de superar a obra paterna em termos de conquistas.

Foi, talvez, sua mãe, Olímpia, quem tenha incutido no menino um poder de imaginação capaz de levá-lo aos recantos mais longínquos do mundo conhecido de então. Foi ela quem informou-lhe que ele descendia diretamente de Aquiles, o herói grego da *Ilíada*, e que seu pai era descendente — nada mais nada menos — do próprio Hércules.

Reza a tradição que Alexandre ficou tão impressionado com essas histórias que tornou-se capaz de recitar trechos inteiros daquela obra de Homero, andando com ela fosse para onde fosse.

Não pode haver dúvidas também em relação à outra importante influência na vida do jovem Alexandre — sua educação ficou a cargo do filósofo Aristóteles. Teria sido o autor do primeiro estudo sistemático de literatura, a *Poética*, quem aprofundou no futuro conquistador o respeito pelo saber e pelos livros.

Essa breve digressão sobre Alexandre é para situar um pouco o leitor no ambiente intelectual em que viviam os reis macedônios e seus líderes militares, conquistadores de povos, mas com uma formação intelectual bastante sólida. A criação da Biblioteca de Alexandria surge no bojo de um movimento de expansão da cultura helênica e os macedônios foram seus principais divulgadores.

Nesse sentido, parece-nos importante a figura de Ptolomeu I, que alguns historiadores colocam como amigo de Alexandre desde a infância, que teria também feito parte, segundo algumas fontes, do círculo de estudantes orientados por Aristóteles.

Ptolomeu acompanhou Alexandre na maioria de suas campanhas militares pela Ásia e era um dos seus principais generais, participando ativamente de suas conquistas no Afeganistão e na Índia.

Um fato interessante é que os macedônios, sob a liderança de Alexandre, eram incentivados a casar com mulheres estrangeiras. O próprio Alexandre casou-se com uma princesa sogdiana, chamada Roxane, e há indícios de que Ptolomeu desposou uma princesa persa de nome Artacama.

É difícil estabelecer o grau de tolerância dos gregos para com os povos estrangeiros, mas alguns elementos podem ser entrevistados e talvez ajudem a entender o contexto da fundação da lendária biblioteca. O primeiro deles foi o fato de Alexandre decidir que a capital de seu império fosse transferida para a Babilônia, há milhares de quilômetros da Macedônia. Era de lá que Alexandre administrava

seus vastos domínios, que abarcavam desde a Grécia até o extremo oeste da Índia. Foi na Babilônia, inclusive, que Alexandre faleceu.

Outro elemento importante era o fato de incorporar com muita frequência líderes militares estrangeiros em seu estado-maior. Foi com tropas reforçadas por iranianos, por exemplo, que ele marchou para a Índia. Parece razoável afirmar-se que Alexandre acreditava poder combinar o melhor da cultura oriental com o melhor da cultura ocidental na administração de seu império.

É curiosa a história dessa biblioteca que, em grande medida, deve a sua fundação a um dos maiores conquistadores da Antiguidade.

Ainda dentro desse espírito de um possível respeito pelas culturas diferentes das dos povos gregos é que podemos entender o perfil de Ptolomeu quando ele, após a morte de Alexandre, torna-se sátrapa do Egito. Ptolomeu funda, então, uma nova dinastia de faraós, tornando-se ele próprio Ptolomeu I Sóter, instituindo um culto dinástico ao rei-salvador (sóter), já incorporando aspectos das tradições culturais faraônicas.

A BIBLIOTECA DE ALEXANDRIA

À mesma época em que Ptolomeu tornou-se faraó, Alexandria estabelecia-se como a capital do Egito. Há controvérsias em saber com precisão quem verdadeiramente fundou a biblioteca, se Ptolomeu I ou seu filho, Ptolomeu II. Os historiadores, no entanto, convergem no sentido de afirmar que Ptolomeu I foi um grande patrono das letras, devendo-se esse interesse, talvez, à influência de Aristóteles, porém o mais provável é que a sólida formação cultural era generalizada entre os indivíduos da elite grega. Quando lemos *O Banquete*, de Platão,

podemos entrever o quanto a boa educação era uma preocupação constante dos governantes gregos. Era um fator de distinção, e, sobretudo, de poder.

Parece consensual que, primeiro, foi erguido um templo para as musas (um museu) e a partir deste foi criada a biblioteca, esta última supostamente construída por Ptolomeu II. Mas nada é conclusivo nesse ponto, pois, durante um tempo, pai e filho governaram o Egito em regime de corregência.

Os historiadores divergem em relação à quantidade de volumes que a biblioteca chegou a conter em seu acervo. Os números variam entre 400 mil e um milhão de papiros.

Os historiadores divergem em relação à quantidade de volumes que a biblioteca chegou a conter em seu acervo. Os números variam entre 400 mil e um milhão de papiros. O verbete da Enciclopédia Delta Universal fala em 700 mil, o que parece configurar uma média. Considerando-se que um rolo de papiro ocupava um espaço considerável em relação ao tamanho atual dos livros, pode-se imaginar o tamanho do edifício da Biblioteca de Alexandria destinado a abrigar o seu acervo.

Ainda assim, o papiro representava um enorme avanço no que diz respeito à praticidade quando comparado à forma utilizada pelos povos da Mesopotâmia (região que compreende atualmente partes do Iraque, Síria e Turquia) para compor suas bibliotecas — a tabuinha de argila. Consta que os sumérios, assírios e babilônios utilizavam essas tabuinhas há pelo menos dois mil anos antes de Cristo. Na década de

1850, arqueólogos britânicos encontraram milhares dessas tabuinhas na região de Nínive, antiga capital da Assíria. Elas faziam parte da biblioteca do rei Senaqueribe, que governou a Assíria entre os anos de 704 e 681 a.C.

O papiro, porém, criado pelos egípcios, era uma tecnologia contemporânea das placas de argila mesopotâmicas e, segundo relatos indiretos, compunha o acervo da egípcia Biblioteca de Amarna no século XIV a.C. Por outro lado, outros registros dão conta de que a Biblioteca de Tebas, na margem grega do mar Mediterrâneo, possuía um acervo composto de rolos de papiro já no longínquo século XIII a.C.

Compreende-se, então, que o gosto pelos livros dos macedônios Alexandre e Ptolomeu I não era algo invulgar entre os reis e nobres do mundo antigo. Da mesma forma, a criação de uma grande biblioteca por conquistadores gregos em uma nova cidade do Egito não constituía um fato muito extraordinário.

Além disso, sábios e intelectuais de prestígio também possuíam seus próprios livros. A biblioteca mais famosa da Grécia antiga, por exemplo, foi fundada pelo já referido Aristóteles. Fico a imaginar se os jovens Alexandre e Ptolomeu a frequentavam... Há quem defenda que a biblioteca do filósofo foi vendida por seus sucessores justamente para a Biblioteca de... Alexandria! Entretanto, segundo outras fontes, foi o general romano Lúcio Cornélio Sula quem, depois de saquear Atenas, levou para o seu palácio, em Roma, os livros de Aristóteles.

Interessante notar ainda que o surgimento do pergaminho também se relaciona com a Biblioteca de Alexandria, e deveu-se à rivalidade entre ela e a Biblioteca de Pérgamo, uma cidade grega que ficava a oeste da parte asiática da atual Turquia.

O caso deu-se da seguinte maneira: nos idos de 190 a.C., o faraó egípcio temia que a Biblioteca de Pérgamo se tornasse maior que a Biblioteca de Alexandria. Como essa biblioteca era também um centro produtor de papiro e o principal fornecedor da matéria-prima para a emergente biblioteca grega, resolveu cortar seu fornecimento para a rival.

Os gregos foram, assim, obrigados a desenvolver uma nova tecnologia para produzir seus livros. Esse mesmo episódio entre Alexandria e Pérgamo relaciona-se ainda com o atual formato dos livros.

O papiro é formado a partir dos talos da planta homônima. Os egípcios pensavam os talos, formando tiras que, unidas, compunham as folhas. Estas, por sua vez, eram coladas e transformadas em rolos.

Na mesma época, era comum que os sábios, na falta de papiro, utilizassem peles de animais para seus escritos, que também eram enrolados à semelhança dos rolos de papiro. Alguns desses rolos de couro chegaram até nós e os mais famosos são os Manuscritos do Mar Morto, que contém os manuscritos de várias passagens bíblicas.

Quando os alexandrinos interromperam o fornecimento de papiro para Pérgamo, os gregos aprimoraram a técnica da utilização do couro como suporte para a escrita. O pergaminho, tal como ficou conhecido, é produzido a partir das peles de carnei cabra e outros animais. O pelo e a lã eram removidos das peles dos animais que, posteriormente, eram postas em cal para a eliminação de gorduras. Depois de completamente secas, as peles eram estendidas em molduras para serem raspadas com facas e raspadeiras. Por fim, eram esfregadas com pó de giz para serem alisadas e amaciadas.

Contudo, o pergaminho apresentava problemas na hora de serem unidos para formar os rolos. Seus produtores passaram, então, a adotar a prática de juntar várias folhas retangulares de pergaminho do mesmo tamanho para, em seguida, dobrarem-nas ao meio e as unirem por uma costura na dobra. No século V d.C., o uso havia-se generalizado por toda a Europa.

É importante lembrar que, durante essa época, as grandes bibliotecas eram também os centros produtores de livros. A própria Biblioteca de Alexandria foi constituindo seu acervo a partir das bibliotecas de Atenas, cujos rolos eram trazidos regularmente para Alexandria. Lá, eles eram duplicados pelos copistas egípcios que, terminado o trabalho, devolviam os papiros para as bibliotecas originais.

É importante lembrar que, durante essa época, as grandes bibliotecas eram também os centros produtores de livros.

As bibliotecas do período funcionavam inclusive como centros de produção de conhecimento e constituíram, junto com museus e academias, uma espécie de embrião das atuais universidades. Nelas, os sábios da Antiguidade podiam encontrar-se para discussões filosóficas e científicas, além de consultar suas obras, é claro. É possível que parte do conhecimento desenvolvido pelo pai da Geometria, Euclides (360 a.C.-295 a.C.), em sua obra *Os elementos* se deva a visitas e consultas à biblioteca alexandrina. Segundo consta, Euclides também era assíduo em Alexandria desde os tempos de Ptolomeu I, que durante o seu reinado fundara uma academia (instituição voltada para o desenvolvimento de atividades artísticas, literárias, científicas) — a Academia de Alexandria,

tão famosa quanto a lendária biblioteca dessa cidade. O mesmo pode ser dito de Arquimedes (287 a.C.- 212 a.C.), um dos maiores matemáticos de todos os tempos, filho de um astrônomo chamado Fídias, que lhe enviara para Alexandria para estudar.

Outra personalidade que frequentava as instituições de conhecimento de Alexandria (a academia, o museu e a biblioteca) era Hipátia (c. 355 d.C.- 415 d.C.), uma matemática e filósofa neoplatônica que se destacou por sua erudição em um meio tradicionalmente dominado pelos homens. Professora da principal academia da cidade, é possível que tenha sido uma das diretoras da Biblioteca de Alexandria.

Outro importante sábio ligado à história da Biblioteca de Alexandria foi Ptolomeu (c. 90 d.C. – c. 198 d.C.), que transformou a antiga capital egípcia no centro de seus estudos de Astronomia.

Toda essa importância da Biblioteca, porém, não impediu que ela tivesse parte de seu acervo destruído em 47 a.C. por causa de um incêndio provocado por Júlio César, em uma de suas manobras pelo controle de Alexandria e do coração da bela Cleópatra, última representante da dinastia ptolomaica.

Perdidamente apaixonado pela rainha egípcia, César tira do poder seu irmão Ptolomeu XII, que era corregente do Egito, e ela passa a ser sua única governante. Na perseguição a um dos tutores do faraó deposto, o imperador romano manda incendiar todos os navios no porto de Alexandria, inclusive os seus. O incêndio fugiu ao controle, alastrou-se pelas docas e terminou por atingir parte da lendária biblioteca, quando foi então finalmente apagado.

Ao longo dos seus mais de sete séculos de existência, a biblioteca sobreviveu a inúmeras invasões, sítios e saques a Alexandria, apesar de ter sofrido nesses episódios todo tipo de violações e depredações. Mas foi somente no século IV d.C., sob o domínio

romano de Teodósio I, que finalmente as forças do obscurantismo conseguiram destruí-la para todo o sempre. Eram tempos difíceis para os pagãos. O Cristianismo tornara-se religião oficial do Império Romano e fanáticos cristãos empenhavam-se em destruir quaisquer referências a outras religiões. Por sua identificação e proximidade com o Templo de Serápis, a Biblioteca de Alexandria foi igualmente condenada à destruição pelo bispo Teófilo, que ainda insatisfeito com sua obra teria afirmado: “Só não consegui arrancar as fundações porque eram demasiado pesadas.” Era o fim do maior centro de conhecimento da Antiguidade.

AS BIBLIOTECAS SÃO ETERNAS

Quando o Império Romano do Ocidente chegou ao fim, em 476 d.C., terminou também a era das grandes bibliotecas da Antiguidade. Na Europa, sobretudo, foram então os mosteiros católicos que se tornaram os guardiões de todo o conhecimento acumulado pelas antigas civilizações mediterrâneas, embora sob o rígido controle ideológico e religioso da Igreja Católica.

Mas, de acordo com a previsão do borgeano bibliotecário da imaginária Biblioteca de Babel, as bibliotecas são para sempre. E tal como a Fênix greco-egípcia, que tem a capacidade de ressurgir de suas próprias cinzas a cada 500 anos, eis que surge a nova Biblioteca de Alexandria — a Biblioteca Alexandrina.

Com o apoio financeiro da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), uma nova biblioteca, buscando reviver o mesmo espírito da primeira, foi construída ao longo do último quartel do século XX, nas proximidades de onde existiu a primeira. Segundo seus idealizadores, o novo polo de conhecimento do Egito pretende ser uma “janela do mundo para o Egito”; “uma janela do Egito para o mundo”; “uma instituição voltada para a era digital”, e “um centro de aprendizado, tolerância, diálogo e compreensão”.

A atual biblioteca de Alexandria recebe cerca de um milhão e meio de visitantes por ano e possui vários centros de pesquisa acadêmicos, entre os quais, destacam-se um Centro de Estudos Helenísticos, um Centro para a Documentação da Herança Natural e Cultural, um Centro de Manuscritos e uma Escola Internacional de Estudos da Informação. Além disso, o novo complexo alexandrino possui cinco bibliotecas especializadas, quatro museus que abrigam quinze exposições permanentes, bem como quatro galerias de arte para exposições temporárias. E, claro, tem um site.

É possível que o visitante possa perder-se em meio a esse mundo de possibilidades físicas e virtuais. Mas convém não esquecer o ensinamento do bibliotecário de Borges: “o Universo (que outros chamam de a Biblioteca) se compõe de um número indefinido, e talvez infinito, de galerias hexagonais...”.

Por via das dúvidas, consulte um bibliotecário. ●

ÁLVARO MARINS é doutor em Teoria Literária pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e coordenador de pesquisa e inovação museal do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram).

CURIOSIDADES ACERCA DAS BIBLIOTECAS

Na Biblioteca Britânica encontra-se um papiro com 41m de comprimento, o Papiro Harris I, que data do século VII a.C.

Chegaram até os dias de hoje papiros de aproximadamente 2500 a.C.

Credita-se ao poeta e bibliotecário grego Calímaco (c. 305-240 a.C.) a compilação do primeiro catálogo da Biblioteca de Alexandria.

O prédio da Biblioteca Laurenciana, em Florença, na Itália — uma das melhores do mundo — foi projetado por Michelangelo.

Acredita-se que os chineses inventaram o papel em 105 d.C. e que ele chegou a Bagdá no século IX; no Egito passou a ser utilizado no século X, mas na Europa, somente no século XII.

Embora se atribua a invenção da imprensa com tipos móveis ao alemão Johannes Gutenberg, estudos indicam que essa tecnologia começou a ser desenvolvida pelos coreanos no século XIV. A mais antiga biblioteca pública que ainda está em funcionamento foi fundada em 1653, em Manchester, na Inglaterra.

O primeiro estudo sobre a administração de bibliotecas foi escrito por Gabriel Naudé, bibliotecário da Biblioteca Mazarina em Paris, publicado em 1627.

A mais antiga biblioteca do hemisfério ocidental foi fundada em 1538 e fica na Universidade de São Domingos, na República Dominicana.

A mais antiga biblioteca do Brasil fica no Mosteiro de São Bento, em Salvador, e foi fundada em 1584.

O escritor italiano Umberto Eco, em O nome da rosa, deu o nome de Borges ao bibliotecário-chefe do mosteiro onde se passa o enredo do romance.

TESTEMUNHO, POLÍTICAS DA MEMÓRIA E O CASO DA DESMEMÓRIA DA DITADURA BRASILEIRA

Márcio Seligmann-Silva

Walter Benjamin escreveu na versão em francês de suas teses sobre o conceito de história que “[l’héritage culturel] ne témoigne [pas] de la culture sans témoigner, en même temps, de la barbarie” (“[a herança cultural] não testemunha a cultura sem testemunhar, ao mesmo tempo, a barbárie”). O texto alemão não falava em testemunho, mas em documento: “es ist niemals ein Dokument der Kultur, ohne zugleich ein solches der Barbarei zu sein” (“nunca há um documento da cultura que não seja ao mesmo tempo um documento da barbárie”). Gosto de lembrar da tradução francesa porque ela introduz um conceito de testemunho que se tornou cada vez mais importante para nós. Benjamin, de certa forma, foi um dos grandes responsáveis pelo modo de ver nossa história, desenvolvida ao longo do século XX, e a percebe como um acúmulo de ruínas da catástrofe. Cada resto da cultura é visto, dessa forma, não mais como um documento da grande marcha do espírito ou da nação, mas como um testemunho da violência e da destruição. Benjaminianamente, considero essencial, ao tratar do testemunho, um gesto marcado pelo presente, tratarmos também de nosso aqui e agora. A proposta deste encontro já me leva a essa necessidade de falar do agora. Neste espaço, pretendo refletir sobre alguns impasses atuais da política da memória no Brasil. Para tanto, parto dessa visão benjaminiana da história e de seu

projeto crítico, que se calcava na máxima “escrever a história significa dar às datas a sua fisionomia”. No Brasil muito precisa ser feito para conseguirmos dar face aos perseguidos e desaparecidos de nossa última ditadura.

Assistimos nas últimas décadas a um debate sobre a memória da ditadura civil-militar de 1964-1985 que merece ser lembrado aqui. Recentemente, Rosalina Santa Cruz, na abertura do *Seminário Internacional 30 anos da Anistia no Brasil: o Direito à Memória, à Verdade e à Justiça*, falou que gostaria de propor novamente, como em 1979 ela o fizera, uma CPI da tortura. Essa proposta, que para quem não conhece a história recente do Brasil pode parecer insólita, é emblemática com relação ao enfrentamento do terror de Estado no Brasil pós-ditadura. Trinta anos após a Anistia, está mais do que claro que aquela manobra dos donos do poder, ou seja, a Lei de Anistia, visava antes de mais nada garantir a impunidade. De 1979 a 2009, com relação à revelação da verdade e ao julgamento dos responsáveis pelos crimes cometidos pelas garras do poder, é como se o tempo tivesse estancado. Rosalina disse também que não falava em seu nome, mas sim em nome da coletividade. Esse gesto é típico, como sabemos, de boa parte dos depoimentos e da escrita testemunhal de catástrofes.

A memória, antes de ser individual, é coletiva. No caso específico dos que sofreram sob o terrorismo de Estado, essa coletividade é a daqueles que se opuseram ao Estado de exceção. Sabemos – como lemos em Celan – que é impossível testemunhar pelo outro. Testemunhar, assim como atestar, tem a ver com “ter visto” e não podemos ver pelo outro. A coletividade, no entanto, se constrói primeiro como um grupo com laços políticos. Esse grupo se tornou vítima da violência. A memória do mal passou a ser algo compartilhado por esse grupo e o século XX viu inúmeras sociedades serem fragmentadas em grupos que compartilhavam a experiência comum de uma barbárie.

“Nunca há um documento da cultura que não seja ao mesmo tempo um documento da barbárie.” Walter Benjamin

O século XX foi um século de catástrofes, de genocídios e de perseguições em massa. Ele gerou um número de mortes e de sociedades devastadas pela violência como nunca antes se vira. Muitas populações ocuparam esse lugar de vítima. No Brasil, constitui-se desde a última ditadura uma sociedade na qual uma fração se identifica com o desejo de busca da verdade dos fatos ocorridos sob a ditadura. Eles lutam pela memória e pela justiça. Esse grupo é formado pelas vítimas, pelos solidários com elas e por muitos que acreditam na importância de se estabelecer justiça como condição de construção de um estado de direito autenticamente justo e democrático.

Aqueles que foram perseguidos no período de exceção são, antes de mais nada, vítimas. Mas existe a possibilidade dessa comunidade sair da posição de vítima. Justamente o testemunho pode servir de caminho para a construção de uma nova identidade

pós-catástrofe. A uma era de violência e de acúmulo de crimes contra a humanidade corresponde também uma nova cultura do testemunho. O testemunho artístico/literário ou jurídico pode servir para se fazer um novo espaço político para além dos traumas, que serviram tanto para esfacelar a sociedade como para construir novos laços políticos. Essa *passagem pelo testemunho* é, portanto, fundamental tanto para indivíduos que vivenciaram experiências-limite como para sociedades pós-ditadura. No caso da América Latina, existe uma vastíssima produção de cunho testemunhal. A essa produção somam-se os inúmeros testemunhos que estão sendo realizados já há alguns anos em tribunais. Mas esse caminho testemunhal que países como Argentina, Chile e Uruguai estão trilhando é muito pouco compartilhado pelo Brasil. Neste país, a transição para a democracia foi engasgada por articulações políticas que — com leis como a da Anistia (tal como ela foi formulada e é *interpretada*) e com a continuidade de políticos como Sarney no coração do Estado — impediram a passagem pelo testemunho. Nossas vítimas não puderam se transformar em acusadores, os eventos da ditadura não puderam sequer ser transformados em fatos. O fantástico e escandaloso sequestro das provas e dos testemunhos mantém o Brasil como que congelado no tempo, quando se trata do enfrentamento político-jurídico e do trabalho de memória da nossa ditadura. As elites simplesmente decidiram que “a página da história deve ser virada”. Elas estigmatizam as tentativas de se estabelecer a verdade e a justiça como sendo meros atos de revanchismo. Como Eugenia Fávero colocou muito bem nesse referido seminário sobre a anistia de 2009, nossos juízes defendem a interpretação da conectividade dos crimes, tratada na Lei de Anistia, como um impedimento e bloqueio a qualquer tentativa de se abrir processos contra os torturadores e seus mandatários. Trata-se de uma querela de interpretação, ou seja, de um debate antes de mais nada político.

LITERATURA TESTEMUNHAL E A DITADURA NO BRASIL

O bloqueio e o sequestro do testemunho impedem que este se dê tanto em sua forma jurídica — que se quer objetiva — como também nos moldes dos demais testemunhos falados e escritos. Nossa literatura testemunhal é comparativamente muito pequena. Alguns livros coletam testemunhos de ex-prisioneiros, como o de Alípio Freire, sobre o presídio Tiradentes. Apenas recentemente, em 2009, um projeto coordenado por Marcelo Ridente e Zilda Márcia Iokoi, e que conta com Janaina Teles como sua principal pesquisadora, está iniciando um trabalho de entrevista com ex-combatentes do regime civil-militar. Trata-se de um trabalho fundamental, mas os trinta anos de “atraso” não deixam de nos assustar. É verdade que existe um filme fundamental, quando se trata de testemunho da ditadura no Brasil, o *Que bom te ver viva*, de Lúcia Murat, de 1989, mas ele também é uma exceção. Na nossa literatura temos uma forte tradição de apresentação da violência; autores como Euclides da Cunha, Graciliano Ramos, Guimarães Rosa, Drummond apresentaram muitos aspectos da violência que marca profundamente nossas estruturas sociais desde sempre. Com relação à ditadura de 1964-85, temos autores como Antonio Callado, Paulo Francis, Carlos Sussekind e Renato Pompeu, que em suas obras fizeram um interessante enfrentamento da questão da violência e de sua representação.

Mais recentemente, o livro de Tatiana Salem Levy, *A chave de casa*, apresentou de um modo que me parece bastante convincente essa situação de parte da sociedade brasileira que só pode se relacionar com o passado violento da ditadura como um terrível peso, uma herança que nos oprime e que não pode ser transformada em discurso, não consegue ser *processadas*, tanto no sentido simbólico como no jurídico. Não há processo aqui, apenas estancamento. O livro narra a história de uma mulher que nasceu em Lisboa, filha de pais brasileiros exilados, e

que retorna ao Brasil no mesmo ano, logo após a anistia. Ela nasceu de modo simbólico no ano de 1979, ano que deveria representar uma virada, um início de democratização e de acerto de contas com o passado. Não por acaso essa personagem é obcecada pelo seu passado. Ela decide persegui-lo para tentar exorcizá-lo. O percurso narrado é o de uma busca isolada, individual, de enfrentamento desse passado, das torturas e do exílio dos pais. Nesse sentido, o livro, que joga com o registro da autoficção, é muito realista. Na sua viagem, a personagem volta a sua terra natal, Lisboa, e o que encontra lá é uma relação carnal. É como se a redenção passasse agora pelo corpo, pelo indivíduo. Essa personagem quase alegórica apresenta um mundo pós-utópico e mergulhado na melancolia.

Após o desencanto e os sofrimentos provocados pela grande política, é como se a saída fosse os “cuidados de si”. Mas essa obra e os demais autores que mencionei acima não são suficientes para se criar uma cultura da memória, como a que percebemos em outros países da América Latina. Daí críticas como a de Beatriz Sarlo a essa cultura da memória e aos “excessos” de testemunho não ter nada a ver com a nossa realidade. Mal começamos a testemunhar. Não temos o testemunho como *testis*, ou seja, o testemunho jurídico, nem o testemunho como *superstes*, o testemunho como a fala de um sobrevivente que não consegue dar forma à sua experiência única. Nossos testemunhos estão sufocados pelas amarras de uma “política do esquecimento” que não conseguimos até agora desmontar. De certa maneira, podemos dizer que as vítimas e aqueles que lutam pela verdade, memória e justiça ficam relegados pelos donos do poder a uma posição melancólica, que é difícil de aceitar e de se conviver com ela. Ela destrói. O grande desafio que se coloca hoje, trinta anos depois da anistia, é quebrar as barreiras que até hoje impediram esse trabalho de testemunho de entrar em funcionamento.

É evidente que muito trabalho foi feito, com destaque para as realizações da Comissão de Familiares de Mortos e de Desaparecidos Políticos, que tem levado adiante lutas pela abertura de arquivos, pela construção de memoriais, pelo estabelecimento de arquivos, reversão do efeito perverso da Lei de Anistia de 1979. Exemplo desse trabalho é a recente publicação do volume *Dossiê ditadura: mortos e desaparecidos políticos no Brasil (1964-1985)*, o mais completo estudo realizado até hoje sobre o tema, que contém a lista de 426 mortos e desaparecidos por perseguição política na ditadura civil-militar brasileira, com informações inéditas e vários novos nomes de vítimas daquele regime. Também o referido evento sobre a anistia de 2009 decerto não teria acontecido se não fossem os esforços dessa Comissão de Familiares. Muito já foi feito e devemos reconhecer os avanços, como a vitória obtida no processo contra o coronel Ustra, movido pela família Teles. Mas a luta dessa e de outras comissões tem sido até agora uma luta de Davi e Golias, mas com vitória do primeiro. Trata-se de uma luta que ainda não conquistou a sociedade e que está muito dependente de iniciativas das vítimas. Quando os testemunhos dos sobreviventes se tornarem parte dos currículos escolares, quando arquivos forem abertos, mais memoriais debatidos e construídos, quando os tribunais forem abertos aos testemunhos dos que sofreram sob a ditadura, quando a verdade começar a se delinear e os responsáveis a pagar pelo que fizeram, aí sim teremos a nossa cultura da memória. Aí poderemos debater também de modo mais claro os limites da fala testemunhal. Por enquanto, esse debate no Brasil é feito a partir de outras culturas da memória, como a do Holocausto e a de nossos países vizinhos.

DESCONSTRUÇÃO DO TESTEMUNHO E A CULTURA DA MEMÓRIA

Para desenvolver essa ideia gostaria de citar uma passagem de Jean-François Lyotard, do seu *Le*

différend, de 1983, e comentar em que medida sua reflexão sobre o colapso do testemunho se aplica a nós. Recordo apenas que esse livro de Lyotard foi escrito contra as ondas revisionistas e negacionistas do Holocausto. Tratava-se de pensar uma postura crítica com relação ao testemunho, que ao mesmo tempo o salvasse da sua desmontagem que é feita pelas máquinas negacionistas. Cito e comento uma passagem do referido ensaio de Lyotard: “É característico da vítima não poder provar que ela sofreu um dano. Um sujeito que acusa [*plaignant*] é alguém que sofreu um prejuízo e que dispõe de meios para prová-lo. Ele os perde se, por exemplo, o autor do prejuízo acontece de ser diretamente ou indiretamente o seu juiz.”

No Brasil, isso em parte aconteceu graças a um processo de redemocratização que foi orquestrado pelos algozes e seus cúmplices. A transição ficou nas mãos dos que realizaram a violência e de seus aliados, o que até hoje tem cerceado a busca de verdade e justiça. “Este [juiz] possui a autoridade de rejeitar seu testemunho como falso ou a capacidade de impedir a sua publicação. Mas este é apenas um caso particular”, continua Lyotard.

No Brasil até hoje se cerceiam as tentativas de apresentação das provas. Os arquivos estão fechados e os cadáveres desaparecidos. No caso dos que procuram testemunhar, eles não encontram eco na sociedade. Mesmo a publicação ocorrendo, esses testemunhos não se tornam públicos, no sentido de que não entram na esfera pública. Sem um ouvido o testemunho não se dá. Testemunhar é um ato que ocorre no presente. Nosso presente ainda não se abriu para esses testemunhos. Lyotard diz: “De um modo geral aquele que acusa torna-se uma vítima quando não é possível nenhuma apresentação do dano que ele afirma ter sofrido.”

Entre nós é isso que ocorre, essa apresentação do dano é reprimida até o máximo limite, mas quando ela se dá, não ocorre a recepção do testemunho e das provas. Os meios (a mídia e os agentes de opinião) como que fazem um trabalho de destruição desse material: ele é ao mesmo tempo apresentado e anulado. Posto como um resquício indesejável de um passado que deve ser considerado passado. “Reciprocamente, o ‘crime perfeito’ não consistiria em matar a vítima ou as testemunhas (ou seja, acrescentar novos crimes ao primeiro e assim agravar a dificuldade de apagar tudo), mas antes em obter o silêncio das testemunhas, a surdez dos juízes e a inconsistência (a insanidade) do testemunho”, afirma Lyotard.

No Brasil é essa desconstrução do testemunho que sempre esteve em jogo.

No Brasil é essa desconstrução do testemunho que sempre esteve em jogo. Mas se isso também ocorreu em outros países da América Latina, a originalidade do caso brasileiro está em mesmo depois do final da ditadura ter sido mantida essa máquina de esquecimento. O debate político não conseguiu pôr em movimento a vítima no sentido de transformá-la em um sujeito que acusa. A sociedade negou às vítimas o direito à acusação. A vítima foi tratada como alguém alheio à esfera do direito, como um menor a ser tutelado e tratado com migalhas de justiça e de verbas. É evidente que a Anistia de 1979 foi uma peça fundamental nessa desmontagem do testemunho, nesse cerceamento da comprovação e do tornar-se público daqueles crimes cometidos dos anos 1960 em diante. O *crime perfeito* da nossa ditadura civil-militar consistiu em conseguir de fato silenciar as testemunhas – por mais que elas fossem a público – em articular a surdez jurídica (lembramos das inúmeras interpretações forçadas da Lei de Anistia, que a transformaram em uma anulação de

qualquer teor criminal dos terríveis feitos durante a ditadura realizados pelos braços do poder), por fim, aqueles criminosos conseguiram – com ajuda da mídia – convencer a sociedade que toda busca pela memória, verdade e justiça seria apenas revanchismo. Os que tentam se tornar acusadores são imediatamente transformados em vítimas que apenas sofrem de feridas que já deveriam ter sido fechadas. Na batalha pela memória-verdade-justiça, os donos do poder – de ontem e de hoje – impõem a lei da mordada e do silêncio. Mesmo a voz que soa não encontra ouvidos nessa sociedade “cordial”. Lyotard escreve: “Neutraliza-se o destinador, o destinatário, o sentido do testemunho; tudo se passa então como se ele não tivesse um referente (um prejuízo).”

No Brasil vale observar como essa equação pode ser compreendida. O destinador, ou seja, aquele que transmite a mensagem, é transformado em vítima que sofre uma patologia da memória. Projeta-se nele a figura do vingador, de alguém sem controle e, portanto, um menor em termos jurídicos. O destinatário é neutralizado porque a sociedade é mobilizada contra a luta pela tríade memória-verdade-justiça. Dentro da sociedade o sistema jurídico faz valer sua fama de labirinto kafkiano que emperra eternamente os processos dos “pequenos” e funciona de modo instantâneo para os poderosos. Já o sentido do testemunho é neutralizado pelas duas operações anteriores e pelo impedimento de que mais testemunhos e provas venham à tona. Os poucos testemunhos publicados no Brasil, como afirmei, nem de longe tiveram o impacto da literatura testemunhal de nossos vizinhos. Se no Brasil tínhamos, é verdade, uma potente música de forte caráter testemunhal, também ela foi rapidamente esquecida e transformada em artigo de museu após 1985. Ao se tratar dos testemunhos publicados no Brasil, de Renato Tapajós, Fernando Gabeira, Salinas Fortes, Flávio Tavares, entre outros, devemos antes de tudo tentar falar sobre a ausência

desse testemunho. Em que medida não temos uma cultura da memória. Esses testemunhos são exceções e, como tais, tampouco foram capazes de quebrar a barreira de silêncio que o *establishment* impõe com relação a tudo que se reporte à tríade memória-verdade-justiça. Se é verdadeiro que é impossível falar essas palavras no singular, por outro lado, justamente o modelo de memória da ditadura que predominou até agora entre nós (desenhado em grande parte ainda durante aquela ditadura, com base no mito do “milagre econômico”), não pode ser mantido como a face da verdade. Muito menos o casuismo provocado pela Lei de Anistia de 1979, que tem servido para bloquear qualquer movimento — novamente com raríssimas exceções —, pode ser equacionado com o que deveríamos aceitar por justiça. O escândalo dessa situação no Brasil é que o referente, ou seja, aquilo que deveria ser testemunhado, *desaparece* de nosso campo visual e simbólico. Isso vale não apenas com relação à justiça, mas com relação à verdade dos fatos e também com relação à memória. A falta de uma topografia da memória do mal em nossas cidades e em nossas mentes é patente. Ainda temos poucos memoriais em homenagem aos perseguidos e aos desaparecidos, assim como, por conta dessa forte propaganda antimemória da ditadura, não nos identificamos com a cultura da memória de nossos vizinhos. No Brasil a política do aniquilamento da memória acaba por aniquilar os fatos. Continua Lyotard: “Se não existe ninguém para administrar a prova, ninguém para a admitir, e/ou se a argumentação que a sustenta é considerada absurda, aquele que acusa é indeferido, o dano do qual ele se queixa não pode ser atestado.”

Ou seja, voltando ao nosso caso, o testemunho não acontece. Nem a cena que permitiria a apresentação do testemunho, seja o literário, seja o jurídico, existe. Não há espaço para a literatura de teor testemunhal que trate da ditadura, assim como na esfera jurídica os tribunais estão fechados pela Lei de Anistia.

É sintomático como em livrarias de cidades como Buenos Aires, Santiago do Chile e Montevideu existe um generoso espaço reservado para as obras referentes ao período da ditadura. Isso não ocorre no Brasil. Eu gostaria de escrever: isso *ainda* não ocorre no Brasil. Se não há espaço para as publicações testemunhais, tampouco há espaço para o testemunho jurídico. A esfera jurídica está imobilizada. Ela não pôde *ainda* nos facultar o importante local do tribunal onde os testemunhos também podem se tornar públicos. Terminemos de ler a passagem de Lyotard: “Ele se torna uma vítima. Se ele persiste em invocar esse dano como se ele existisse (destinador, destinatário, expert comentando o testemunho) o farão facilmente se passar por louco.”

Assim, retomando as palavras de Rosalina Santa Cruz, creio que devemos nos mobilizar no sentido de romper esse estancamento temporal. Devemos recolocar ideias como uma CPI da tortura, ou uma Comissão de Verdade. Devemos *pôr o processo em processo*. A luta pelo testemunho é uma luta política que costura necessidades individuais às coletivas e às da sociedade. Se a frase de Borges é correta, “*Solo una cosa no hay, el olvido*”, então devemos mostrar que essa cultura do esquecimento é apenas o outro lado de uma cultura do encobrimento. O testemunho, com todos os seus conhecidos limites, buracos e impossibilidades, pode ser um caminho para essa volta do que foi e ainda é recalcado pelas nossas elites. ●

MÁRCIO SELIGMANN-SILVA é doutor em Teoria Literária e Literatura Comparada pela Freie Universität Berlin. Tradutor, teórico, crítico literário e professor da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

HOJE EM DIA E NO MEU TEMPO

Antonio Prata

Hoje em dia o pessoal acredita muito que, hoje em dia, o mundo tá bem pior do que antes. Pode reparar: quando o sujeito puxa um “hoje em dia”, lá vem resmungo: “hoje em dia não dá pra confiar em mais ninguém!”, “hoje em dia a juventude não respeita mais absolutamente nada!”, “hoje em dia as pessoas se vestem de qualquer jeito!”, “hoje em dia a porção de frango à passarinho é desse tamanhinho assim, ó!

Do outro lado do “hoje em dia” encontra-se, naturalmente, o “no meu tempo”: época áurea da humanidade, o Éden do qual, por alguma razão incerta, fomos expulsos. “No meu tempo cê deixava a porta do carro aberta e ninguém levava”, “no meu tempo a palavra valia alguma coisa”, “no meu tempo o pessoal tinha vergonha na cara”, “no meu tempo o feijão do PF vinha à parte e na cumbuca, não era essa pocinha aí, do lado do arroz!”.

Tendo a acreditar que os resmungos desse povo brotam menos de um desmedido amor pelo passado do que do pessimismo em relação ao futuro.

O pessimismo, ao contrário do que muitos pensam, não é um atributo dos masoquistas, dos que gostam de sofrer, muito pelo contrário. É um recurso de segurança, espécie de capa de chuva existencial, usada por todos aqueles que acham que a maior das

desgraças ainda é mais suportável do que a aflição da incerteza. De modo que, na dúvida se as coisas darão certo ou errado, o indivíduo prefere acreditar no pior. Assim, se uma tempestade chegar, ele não é pego no susto: tendo pago o sofrimento adiantado, parcelado, já praticamente quitou sua frustração.

O efeito colateral do pessimismo, contudo, é letal: colocando todas as fichas na desgraça e na decadência, o sujeito não pode regozijar-se quando o sol aparece, quando uma promessa é cumprida, e, quando a porção de frango à passarinho é mais bem servida que a de ontem, ele tem que fechar a cara e resmungar: “aposto que tá frio...”.

Mas, e daí? Quem tem o glorioso “no meu tempo”, quando as coisas eram realmente boas, fartas e belas, não precisa aproveitar o presente.

Viver no passado pode ser meio chato – as memórias não têm gosto, nem cheiro, nem podem ser tocadas por nossas mãos – mas são seguras, e é isso que importa ao pessimista. Afinal, “hoje em dia, não dá pra dar chance ao acaso. Hoje em dia, se você vacilar, já viu. Hoje em dia, meu amigo, Não é como no meu tempo que...”

ANTONIO PRATA é escritor, publicou livros de contos e crônicas, entre eles *Meio intelectual, meio de esquerda* (Editora 34). Escreve também para o caderno *Cotidiano da Folha de S. Paulo* e assina um blog para a *Folha.com*



Ilustração de Lorena Kaz

Escrevendo na cozinha ELIAKIN RUFINO

eu escrevo na cozinha
minha mesa de trabalho
é a mesa da cozinha
é na cozinha da minha casa
que acontece o encontro
da escrita com a comida
da fruta com o papel
dos temperos com as metáforas

assim eu escrevo
perto da pia
próximo do fogão
criando pratos e poemas
lavando louças
e lavando a alma
varrendo o chão
e o coração
arrumando a mesa
e a minha vida

sei de poetas que tiveram
escritório estúdio escrivania
nunca tive nada disso
eu escrevo é na cozinha



Ilustração de Reinaldo Lee

Eliakin Rufino nasceu em Boa Vista (RR), é poeta, cantor, compositor e filósofo. Publicou nove livros de poesia e lançou quatro CDs com suas composições. É professor de literatura no curso de Letras da Universidade Federal de Roraima (UFRR).

Canto VI
(Tabasco, Selo Off Flip, 2009)

LUCILA NOGUEIRA

Perdeste um sexto de tua população
para obter sua liberdade
contemplo neste espelho de água tua origem asiática
teus primeiros habitantes
vieram de tão longe, atravessando o Estreito de Bering
e ficando no Alasca há trinta e cinco mil anos
todos continuaram ao sul, a utopia do sul
calendários lunares e solares
Olmecas
Zapotecas
Mixtecas
Mayas
Méxicas
Zoximilcas
cultura mãe fixada em Tabasco e Vera Cruz
foi um mistério tua desapareição
aos cem anos antes de Cristo
teriam vindo pela selva em direção à utopia do sul e adentrado nessa outra América?
A minha máscara é de jade e obsidiana
minhas pulseiras e colares são de âmbar
a maior das divindades representa o meu corpo humano
caminho de Campeche a Chiapas
de Tabasco a Yucatán
meu corpo flutua nas águas de Belize, Equador e Guatemala
caminho diante de ti entre plumas de quetzal e peles de jaguar
meu povo descobriu o calendário de 365 dias
o conceito de ano bissexto
o movimento de translação de Vênus
meu povo sabe prever o fenômeno dos eclipses
calendário lunar de 260 dias
meu povo sabe registrar o tempo desde o espaço de um dia até 64 milhões de anos
o teu povo veio de uma cidade mítica chamada Aztlan
Acapulco Coyoaca e Xoxhomilco
Oaxaca Puebla Vera Cruz e Chiapas
teu povo decidiu mudar a tua história e iniciou a diáspora
sabendo que ela terminaria quando chegassem a um lugar
onde uma águia estivesse no topo de uma Nopaleira comendo uma serpente
teu povo ensina ao mundo a disciplina para enfrentar a dor



onde uma águia estivesse no topo de uma Nopaleira comendo uma serpente
teu povo ensina ao mundo a disciplina para enfrentar a dor
e eu doce coatlicue
deusa da fertilidade
que contemplo do alto destas nuvens
ó império mais poderoso da América Central
não me chamo Malinche nem Marina
mas também tenho o dom das línguas
que seduziu o conquistador
que um dia chorou amargamente a sua noite triste
após destruir as estátuas das divindades que desafiavam a religião do invasor
meu corpo não tinha cidadania
e o meu amante
morreu na Espanha
muitos anos depois
a minha carne navega de Acapulco a Vera Cruz
mas não te chamam Nova Espanha
México
cidade
alegre do meu sonho
outros virão mas continuarás um povo livre
místico e cósmico
sobrevoando do caos ao cosmos
porque os Mayas criaram esta terra treze de agosto de 311^a AC
por um passe de mágica
majestosos cenários e rituais
levanto agora minha máscara de jade
em minha boca a pedra que simboliza a vida imortal
meu colar é todo feito de ossos do jaguar
o meu manto é de contas coloridas
e eu uso os caracóis como trombetas
para chamar desde o inframundo
as figuras de carne e barro
que se erguem das tumbas até os santuários de sacrifício da Guatemala.

Lucila Nogueira nasceu no Rio de Janeiro (RJ), é poeta, ensaísta, contista, crítica e tradutora. Recebeu prêmios literários no Brasil e no exterior, e tem mais de vinte livros publicados. É professora da Pós-Graduação em Letras e Linguística da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).



Foto de Flávio Pereira



PAULINHO ASSUNÇÃO

Nasceu em São Gotardo (MG), é poeta, ficcionista e jornalista. Entre outras obras, publicou *Pequeno tratado sobre as ilusões* (Campo das Letras), laureada com o Prêmio Nacional Minas de Cultura (Guimarães Rosa) em 1998, e *O nome do filme é Amazônia* (Editora Dimensão), finalista na categoria melhor livro infantil do Prêmio Jabuti 2010. Mantém o blog *Cidades Escritas* < <http://paulinhoassuncao.blogspot.com> >.

AGENDA

14º Jornada Nacional de Literatura de Passo Fundo

Circo Literatura, Campus I da Universidade de Passo Fundo Passo Fundo/RS
De 22 a 26 de agosto de 2011.
<http://www.upf.br/jornada/2011>

24ª Feira de Livro de Santa Cruz do Sul SESC /RS

Praça Getúlio Vargas Santa Cruz do Sul/RS
De 27 de agosto a 04 de setembro 2011.
<http://hipermidia.unisc.br/feiradolivro>

V Prêmio Internacional Poesia ao Vídeo

Categoria: poema interpretado e editado em vídeo.
 Tema: Livre.
Inscrições até 30 de agosto de 2011.
<http://www.fliporto.net>

II TOC140 – Poesia no Twitter

Categoria: poema em 140 toques. Tema: Livre.
Inscrições até 30 de agosto de 2011.
<http://www.fliporto.net>

Prêmio SESC de Literatura 2011

Categorias: romance e livro de contos. Tema: Livre.
Inscrições até 31 de agosto de 2011.
<http://www.sesc.com.br/premiosesc>

XV Bienal do Livro do Rio de Janeiro

Riocentro – Rio de Janeiro/RJ
De 1º a 11 de setembro de 2011.
<http://www.bienaldolivro.com.br>

Semana Literária do SESC/PR

Praça Santos Andrade – Curitiba/PR
De 12 a 16 de setembro de 2011.
<http://www.sescpr.com.br>

V Bienal do Livro de Alagoas

Centro Cultural e de Exposições Ruth Cardoso – Maceió/AL
De 21 a 30 de outubro de 2011.
<http://www.edufal.com.br/bienal2011>

10º Bienal do Livro da Bahia

Centro de Convenções da Bahia – Salvador/BA
De 28 de outubro a 6 de novembro de 2011.
www.bienaldolivrodabahia.com.br

57º Feira do Livro de Porto Alegre

Praça da Alfândega – Porto Alegre/RS
De 28 de outubro a 15 de novembro de 2011.
<http://www.feiradolivro-poa.com.br>

VII Fliporto - Festa Literária Internacional de Pernambuco

Praça do Carmo – Olinda/PE
De 11 a 15 de novembro de 2011.
<http://www.fliporto.net>



SÓ LÂMINA

exposição de nuno ramos

A exposição *Só Lâmina* faz parte do Projeto ArteSESC e está em circulação desde 2008. Neste período foi apresentada nos Departamentos Regionais do SESC.

Esta exposição apresenta uma série de onze desenhos de **NUNO RAMOS**, baseada em oito estrofes do poema de João Cabral de Mello Neto, chamado *Uma faca só lâmina*, além de um múltiplo. Em *Só Lâmina* os versos atingem a proporção de verdadeiros anúncios estampados em agressivas placas de alumínio. O artista utiliza espelho, vaselina, folha de ouro, pelúcia, metal e tinta.

Nuno Ramos nasceu na cidade de São Paulo, em 1960. Com formação em Filosofia, pela Universidade de São Paulo. Antes de ser artista plástico, quis ser escritor e depois músico, e chegou a trabalhar um tempo como editor das revistas *Almanaque-80* e *Kataloki*. Nuno também é escritor e compositor. Em 2007, publicou *Ensaio Geral*, uma coletânea de ensaios e projetos. Versátil, curioso e inventivo, ele trabalha ainda com gravura, poesia, fotografia, instalação, pintura e vídeo.

SÓ LÂMINA